

RELATÓRIO CONTÁBIL

Exercício 2020

DECLARAÇÃO DO CONTADOR
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS
NOTAS EXPLICATIVAS

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

Ministério da Infraestrutura – MINFRA

29 janeiro de 2021

Brasília/DF

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	3
LISTA DE FIGURAS	3
DECLARAÇÃO DO CONTADOR	4
CONTEXTO OPERACIONAL	6
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS	7
Balanço Patrimonial	7
Demonstração das Variações Patrimoniais	9
Balanço Orçamentário	10
Balanço Financeiro.....	15
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	17
BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	18
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	18
NOTAS EXPLICATIVAS	20
Nota 01 – Ativo Circulante e Não Circulante	20
Nota 02 – Caixa e Equivalente de Caixa.....	21
Nota 03 – Créditos a Curto Prazo	22
Nota 04 - Créditos a Longo Prazo.....	22
Nota 05 - Imobilizado	23
Nota 06 - Intangível	24
Nota 07 – Passivo Exigível.....	25
Nota 08 – Passivo Circulante.....	25
Nota 09 – Passivo Não Circulante (Provisões a Longo Prazo)	26
Nota 10 – Patrimônio Líquido	26
Nota 11 – Passivos Contingentes	27
Nota 12 – Ativos Contingentes	28
Nota 13 – Obrigações Contratuais	28
Nota 14 – Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA.....	29
Nota 15 – Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD.....	30
Nota 16 – Receitas Orçamentárias.....	31
Nota 17 – Operação de Crédito	33
Nota 18 – Despesas Orçamentárias	33
Nota 19 – Reserva de Contingência	35
Nota 20 – Restos a Pagar	35
Nota 21 – Movimentação Financeira	35
Nota 22 – Resultado Financeiro do Balanço Patrimonial.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ativo – Variação e Composição
Tabela 2 – Ativo Circulante – Variação e Composição
Tabela 3 – Ativo Não Circulante – Variação e Composição
Tabela 4 – Caixa e Equivalente de Caixa – Composição
Tabela 5 – Créditos a Curto Prazo – Variação e Composição
Tabela 6 – Créditos a Longo Prazo – Variação e Composição
Tabela 6.1 – Créditos a Longo Prazo – Variação e Composição
Tabela 7 – Imobilizado – Variação e Composição
Tabela 8 – Bens Móveis – Variação e Composição
Tabela 9 – Depreciação Acumulada Bens Móveis – Composição
Tabela 10 – Intangível – Variação e Composição
Tabela 11 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição
Tabela 12 – Passivo Circulante – Variação e Composição
Tabela 13 – Provisões a Longo Prazo – Variação e Composição
Tabela 14 – Patrimônio Líquido – Variação e Composição
Tabela 15 – Ajuste de Exercícios Anteriores – Composição
Tabela 16 – Passivos Contingentes – Variação e Composição
Tabela 17 – Ativos Contingentes – Variação e Composição
Tabela 18 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição
Tabela 19 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Variação e Composição
Tabela 20 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Variação e Composição
Tabela 21 – Receita Orçamentária – Previsão e Realização
Tabela 22 – Despesa Orçamentária – Fixação e Execução
Tabela 23 – Restos a Pagar – Execução
Tabela 24 – Caixa e Equivalente de Caixa – Variação
Tabela 25 – Balanço Financeiro – Variação e Composição
Tabela 26 – Demonstração de Fluxo Caixa – Variação
Tabela 27 – Déficit Financeiro – Ativo Financeiro x Passivo Financeiro
Tabela 28 – Déficit Financeiro – Recursos Ordinários X Recursos Vinculados
Tabela 29 – Superávit Financeiro – 4º Trimestre 2020 – Por Fonte de Recursos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Resultado Patrimonial Acumulado
Figura 2 – Resultado Financeiro do Exercício
Figura 3 – Resultado Patrimonial do Exercício
Figura 4 – Índices Orçamentários
Figura 5 – Resultado Prevista X Receita Realizada
Figura 6 – Despesa Fixada X Despesa Executada
Figura 7 – Variação do Caixa e Equivalente de Caixa
Figura 8 – Ativo – Composição e Variação
Figura 9 – Ativo Não Circulante – Composição e Variação
Figura 10 – Bens Móveis – Composição
Figura 11 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição
Figura 12 – Patrimônio Líquido – Variação e Composição
Figura 13 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição
Figura 14 – Realização da Receita – Previsto X Realizado
Figura 15 – Despesas Executadas – Composição
Figura 16 – Despesas Executadas – Composição

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração se refere às demonstrações contábeis do exercício de 2020 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, seguidas das notas explicativas, evidenciando-se os impactos contábeis decorrentes das atividades da Autarquia no período avaliado.

A avaliação em questão foi realizada com base nos normativos vigentes, onde se verificou em especial a adesão à Lei 4.320/64, ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e ao Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. Dessa forma, a declaração apresentada reflete a conformidade dos demonstrativos contábeis do exercício de 2020, pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil do Manual SIAFI.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e ao Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir.

De forma geral, as inconformidades mais relevantes estão relacionadas à classe do Ativo da ANTT.

O Ativo Circulante está subavaliado devido ao não reconhecimento dos créditos a receber, destacando-se as multas aplicadas de competência da Agência. A não evidenciação deste direito distorce a composição do patrimônio e deixa de retratar os impactos das ações da entidade em relação à fiscalização da prestação de serviços e de exploração da infraestrutura de transportes. Nota-se ainda a ausência neste grupo quanto aos créditos de Dívida Ativa de vencimento de curto prazo, conforme explicações abaixo.

O Ativo Não Circulante apresenta distorções quanto à evidenciação quantitativa e qualitativa em seus subgrupos Realizável a Longo Prazo, Imobilizado e Intangível.

O Ativo Realizável a Longo Prazo é composto em sua totalidade somente pelos valores da Dívida Ativa cujos lançamentos estão embasados nas informações e relatórios repassados pela Procuradoria Federal junto à ANTT. Ainda assim, estas evidenciações carecem de refinamentos, visto que não é possível distinguir os vencimentos para indicação de circulante e não circulante; não há informações posteriores de atualização monetária do crédito de inscrição registrado no SIAFI; até o presente exercício estes registros foram realizados pelo valor integral sem a devida discriminação do valor principal com o dos juros; os registros das baixas dos respectivos créditos são realizados pelo valor integral com as atualizações monetárias corrigidas até a data do pagamento; o indicador utilizado para fins de ajuste de perda também necessita de refinamento de critérios para retratar a real recuperabilidade dos créditos. A conjugação destes eventos críticos concorre para uma provável superavaliação do ARLP. Outro ponto a ser considerado é que, devido à ausência da evidenciação anterior dos créditos a receber (em fase administrativa), os registros da Dívida Ativa estão sendo realizados em desacordo com os procedimentos previstos na macrofunção 021112, gerando VPA em momento distinto do fato gerador que originou o crédito. Ainda assim, ponderou-se pela manutenção dos registros de Dívida Ativa devido à relevância e à materialidade da informação, com o compromisso de buscar aprimoramentos no exercício seguinte. E, de forma a mitigar o impacto da VPA, os lançamentos dos autos de infração com referências anteriores a 2020 foram alterados para Ajuste de Exercícios Anteriores.

O Ativo Imobilizado compõe-se apenas por Bens Móveis, porém, estes itens ainda não passaram pelo procedimento de reavaliação e/ou redução ao valor recuperável, o que impossibilita afirmar a

conformidade dos valores evidenciados neste subgrupo, pois permanece o registro do custo de aquisição com a respectiva depreciação.

O Ativo Intangível não está representando com fidedignidade a realidade patrimonial da Agência no que se refere aos bens incorpóreos, destacando-se os relacionados à tecnologia da informação, pois os itens registrados como Softwares de Vida Útil Indeterminada necessitam de revisão da vida útil e de reavaliação quanto à sua real capacidade de geração de benefício às atividades do Órgão, além da ausência de registro dos sistemas de TI desenvolvidos pela entidade.

Outro aspecto a ser enfatizado se refere ao grupo das contas de resultado (VPA e VPD), o que distorce a apuração do resultado do exercício, pois o Princípio da Competência não está sendo atendido em sua integralidade. Esta inconsistência afeta as despesas em menor proporção, visto as providências adotadas para o reconhecimento das obrigações em consonância com a ocorrência do fato gerador. No entanto, ainda há registros dissonantes devido a situações que impossibilitam o atendimento integral do regime de competência das despesas, tais como, trâmite dos processos, atraso na entrega do documento fiscal, prazo exíguo de registro antes do fechamento do mês no SIAFI. Já as receitas são na sua totalidade reconhecidas somente pelo regime de caixa quando de sua efetiva arrecadação, devido à ausência de um sistema de gestão de créditos que possibilite o reconhecimento pelo fato gerador, e que ao mesmo tempo sanaria a ausência de créditos a receber nos ativos da Agência.

Por fim, cabe ressaltar que no decorrer do exercício, a CCONT/GEORF manteve-se atenta a todas as ocorrências identificadas, dando conhecimento aos responsáveis, bem como orientação e acompanhamento para a devida regularização dentro do exercício, de forma a evitar as distorções que prejudiquem o entendimento e a tempestividade das informações. No entanto, as restrições apontadas acima permaneceram pendentes, visto que se deparou com um grau maior de complexidade e obstáculos para a devida solução. Por outro lado, tais situações estão sendo continuamente monitoradas com os esforços necessários, juntamente às áreas competentes, em busca dos ajustes e correções das inconsistências, sendo este um processo contínuo no intuito de garantir que as demonstrações contábeis da ANTT retratem com fidedignidade a sua real situação patrimonial, orçamentária e financeira.

Estas são as principais considerações para o período.

Apresentam-se a seguir as demonstrações contábeis extraídas do SIAFI e as respectivas notas explicativas, em que se pode verificar de forma mais pormenorizada as informações e os reflexos orçamentários, financeiros e patrimoniais decorrentes das atividades da ANTT no exercício de 2020 em comparação ao exercício de 2019.

Brasília, 29 de janeiro de 2021

CLEIDES SILVA CAMPOS FONTENELE
Contadora Responsável
CRC DF 018229/O

CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, entidade da Administração Indireta vinculada ao Ministério da Infraestrutura, foi criada pela Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, na qual lhe foi conferida o regime autárquico especial caracterizado pela independência administrativa, autonomia financeira e funcional e mandato fixo de seus dirigentes.

Sua estrutura organizacional compreende a Sede em Brasília/DF domiciliada no SCES Lote 10, Trecho 3, Projeto Orla, Polo 8, CEP 70.200-003. Além da Sede e foro no Distrito Federal, está presente em todo o território nacional por meio das Unidades Regionais e dos Postos de Fiscalização e Atendimento. Possui seis unidades regionais com independência de execução orçamentária e financeira, quais sejam: Unidades Regionais do Ceará, Maranhão, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e três unidades administrativas Unidades Regionais da Bahia, de Pernambuco e de Santa Catarina.

A ANTT tem como missão “assegurar aos usuários adequada prestação de Serviços de Transportes Terrestres” tendo como principais competências a regulação dos serviços de transportes terrestres, atuando sobre: a concessão de ferrovias, rodovias e transporte ferroviário associado à exploração da infraestrutura; a permissão do transporte coletivo regular de passageiros pelos meios rodoviário e ferroviário não associados à exploração da infraestrutura; a autorização do transporte de passageiros por empresa de turismo e sob regime de fretamento, dentre outros relativos ao transporte nacional e internacional de cargas e passageiros, transporte multimodal e terminais.

Neste contexto, destaca-se a importância de que os demonstrativos contábeis da Agência retratem a sua realidade patrimonial e espelhem as atividades fins, de forma a subsidiar as tomadas de decisões e a transparência da gestão, bem como prestar contas à sociedade, que é a principal usuária da informação contábil.

Acrescente-se ainda que, na estrutura organizacional ANTT, o setor de contabilidade é exercido pela Coordenação de Contabilidade - CCONT, subordinada à Gerência de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – GEORF e à Superintendência de Gestão Administrativa – SUDEG. Compõe-se de dois servidores do quadro efetivo exercendo a coordenação de contabilidade, titular e substitutos, conforme abaixo:

- ✓ Coordenadora Titular - Cleides Silva Campos Fontenele, CPF XXX.460.276-XX, SIAPE nº 1539665.
- ✓ Coordenador Substituto - Thiago Mendes Ferreira, CPF XXX.196.451-XX, SIAPE nº 2072641.

As competências regimentais da CCONT/GEORF estão previstas na Portaria Nº 139/2020:

- a) prestar assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da ANTT;
- b) dar suporte, orientação e apoio técnico no que se refere aos atos de execução orçamentária e financeira da Sede e das Unidades Regionais;
- c) analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras jurisdicionadas e regularizar os demonstrativos contábeis da ANTT;
- d) realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis;
- e) efetuar os registros contábeis nas unidades jurisdicionadas, quando necessário.

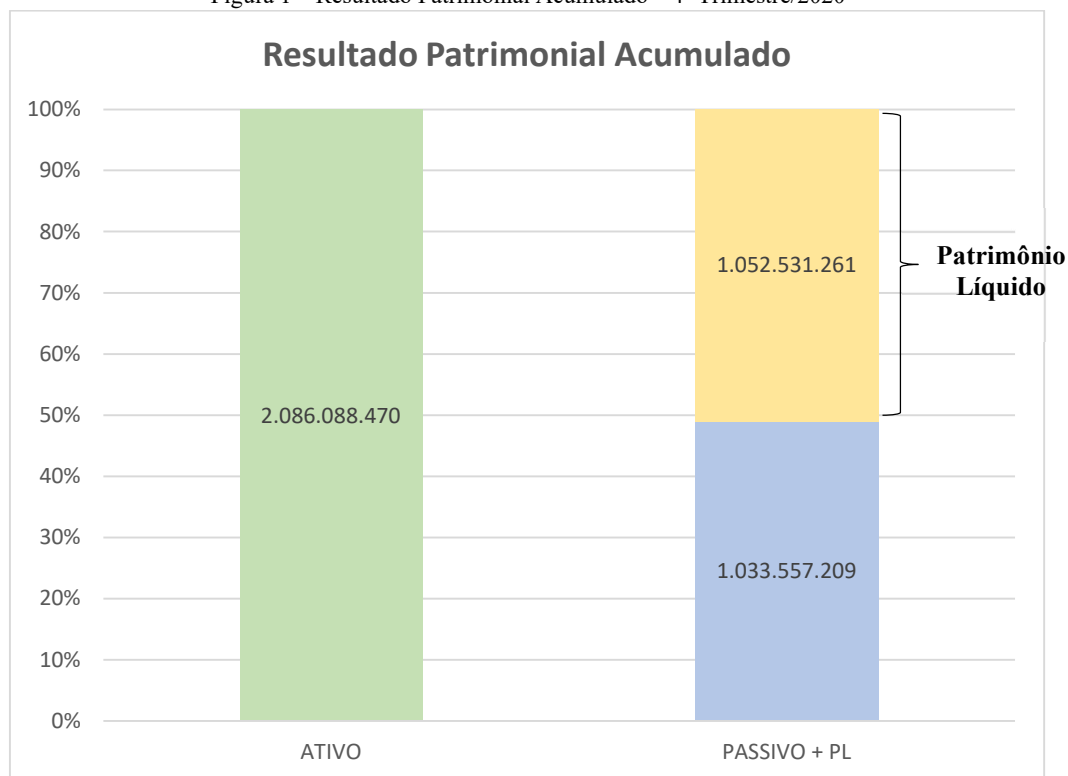
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial – BP demonstra a composição do patrimônio da ANTT evidenciado pelas classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido – PL). Os grupos são classificados em circulante e não circulante, além do PL que segrega os resultados do período com os resultados dos exercícios anteriores. O resultado patrimonial do quarto trimestre foi superavitário em R\$ 55.206.376, acumulando uma situação líquida patrimonial de R\$ 1.052.531.261.

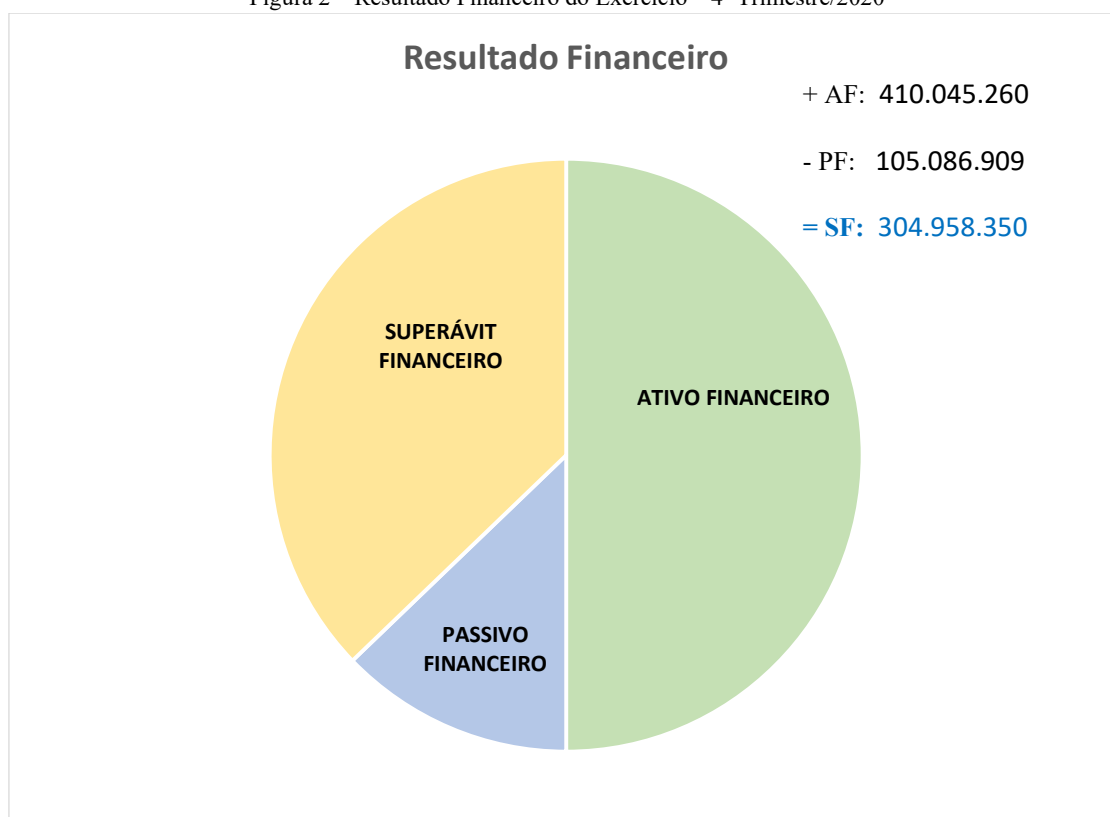
BALANÇO PATRIMONIAL							
ATIVO	Nota	2020	2019	PASSIVO	Nota	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	01	413.795.220	356.757.698	PASSIVO CIRCULANTE	08	31.366.522	35.606.146
Caixa e Equivalentes de Caixa	02	410.045.260	352.476.492	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar CP		25.076.111	23.814.858
Créditos a Curto Prazo	03	2.862.464	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores	03	2.862.464	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		605.048	8.454.906
Demais Créditos e Valores CP			3.109.094	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques		807.956	1.107.894	Provisões a Curto Prazo		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		79.540	64.218	Demais Obrigações a Curto Prazo		5.685.363	3.336.382
ATIVO NÃO CIRCULANTE	01	1.672.293.250	1.355.413.245	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	09	1.002.190.687	1.002.751.336
Ativo Realizável a Longo Prazo	04	1.560.254.954	1.252.430.806	Provisões a Longo Prazo		1.002.190.687	1.002.751.336
Créditos a Longo Prazo	04	1.560.254.954	1.252.430.806				
Dívida Ativa Não Tributária		1.642.373.636	1.318.348.217				
(-) Ajustes Perdas em Créditos LP	04	-82.118.682	-65.917.411	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	07	1.033.557.209	1.038.357.482
Imobilizado	05	49.390.396	44.561.130	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Bens Móveis		49.390.396	44.561.130	Resultados Acumulados		1.052.531.261	673.813.461
Bens Móveis		115.681.517	101.369.584	Resultado do Exercício		55.206.376	403.849.274
(-) Depreciação Acumulada		-66.291.120	-56.808.454	Resultados de Exercícios Anteriores		673.813.461	738.604.928
Intangível	06	62.647.899	58.421.309	Ajustes de Exercícios Anteriores		323.511.424	-468.640.741
Softwares		62.647.770	58.421.150	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	1.052.531.261	673.813.461
Softwares		62.647.770	58.421.150				
Marcas, Direitos e Patentes		129	159				
Industriais							
Marcas, Direitos, Patentes Indust		438	438				
(-) Amortização Acumulada		-309	-279				
TOTAL DO ATIVO		2.086.088.470	1.712.170.943	TOTAL PASSIVO + PL		2.086.088.470	1.712.170.943

Figura 1 – Resultado Patrimonial Acumulado – 4º Trimestre/2020



O resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial também foi superavitário, no valor de R\$ 304.958.350, decorrente da diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro (Figura 02).

Figura 2 – Resultado Financeiro do Exercício – 4º Trimestre/2020

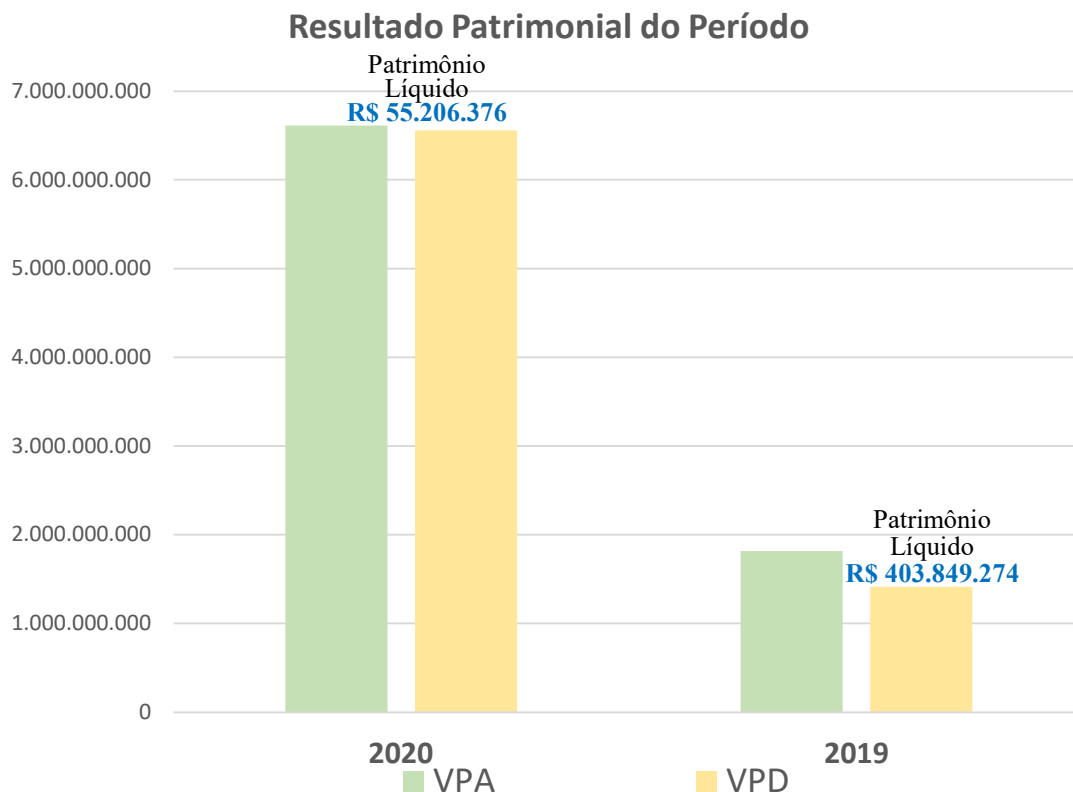


Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações apresentadas no patrimônio no período em análise, fazendo o confronto entre a Variação Patrimonial Aumentativa e a Diminutiva. O resultado do quarto trimestre de 2020 apresentou um superávit de R\$ 55.206.376.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	14	6.612.666.305	1.815.065.001
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.320.994	2.113.360
Taxas		2.320.994	2.113.360
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		5.744.026.936	512.711.656
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		5.744.026.936	512.711.656
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		8.857.597	425.711
Juros e Encargos de Mora		8.857.597	425.711
Transferências e Delegações Recebidas		694.989.617	685.990.653
Transferências Intragovernamentais		687.048.460	682.231.713
Outras Transferências e Delegações Recebidas		7.941.157	3.758.941
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		14.097.488	17.011.017
Ganhos com Incorporação de Ativos		14.063.804	15.328.519
Ganhos com Desincorporação de Passivos		33.685	1.682.498
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		148.373.673	596.812.603
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		716.736	709.085
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		147.656.937	596.103.519
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	15	6.557.459.929	1.411.215.726
Pessoal e Encargos		245.814.228	255.188.053
Remuneração a Pessoal		194.931.660	203.440.239
Encargos Patronais		40.237.326	38.826.366
Benefícios a Pessoal		7.614.784	10.008.786
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		3.030.457	2.912.663
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		24.920.515	20.165.693
Aposentadorias e Reformas		19.181.885	17.042.688
Pensões		3.744.774	3.092.659
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.993.857	30.346
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		288.787.498	261.190.509
Uso de Material de Consumo		2.126.123	3.053.959
Serviços		277.114.570	249.386.990
Depreciação, Amortização e Exaustão		9.546.805	8.749.560
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		7.449.206	20.475.221
Juros e Encargos de Mora		15.792	15.978
Descontos Financeiros Concedidos		7.433.414	20.459.244
Transferências e Delegações Concedidas		5.948.635.866	805.220.618
Transferências Intragovernamentais		5.940.680.936	801.447.971
Transferências ao Exterior		13.772	13.706
Outras Transferências e Delegações Concedidas		7.941.157	3.758.941
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		35.773.276	40.430.160
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		16.201.271	17.900.065
Perdas Involuntárias		218.531	1.969.973
Incorporação de Passivos		170	-
Desincorporação de Ativos		19.353.305	20.560.123
Tributárias		5.708.731	8.323.863
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.053.021	1.030.762
Contribuições		4.655.710	7.293.100
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		370.609	221.609
Constituição de Provisões		156.087	71.306
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		214.523	150.303
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		55.206.376	403.849.274

Figura 3 – Resultado Patrimonial do Exercício – 4º Trimestre de 2020



Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário – BO demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas evidenciadas por categoria econômica em confronto com as execuções orçamentárias, ressaltando as atualizações de previsão e dotação revistas no decorrer do exercício. A análise dos principais quocientes do BO do 4º trimestre de 2020 apresenta os seguintes resultados orçamentários:

Figura 4 – Índices Orçamentários – 4º Trimestre de 2020

Realização da Receita	771,60%	A realização da receita demonstra o quanto foi arrecadado em 2020 em relação ao previsto para o exercício, cujo excesso de arrecadação se deve aos fatos destacados nas notas 14.2 e 16.3.
Execução da Despesa	93,28%	A execução da despesa se refere ao valor total empenhado em relação à dotação atualizada, sem considerar a reserva de contingência de R\$ 204.893.284. Este mesmo índice de execução seria de 70,07% se for comparado à dotação com o acréscimo da reserva de contingência.
Resultado Orçamentário	1020,63%	O resultado de 1020,63% demonstra que a receita realizada em relação à despesa empenhada apresentou um superávit orçamentário. A razão deste índice elevado consta nas notas 14.2 e 16.3.

Figura 5 – Receita Prevista X Receita Realizada – 4º Trimestre de 2020

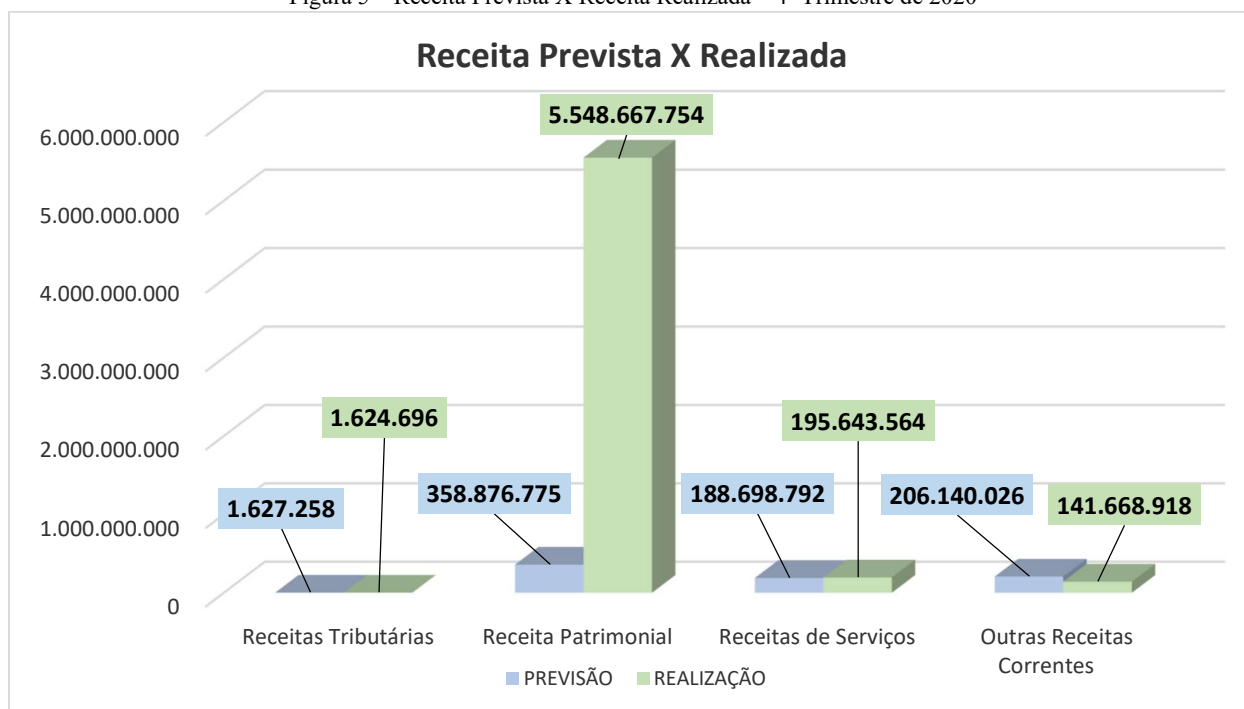
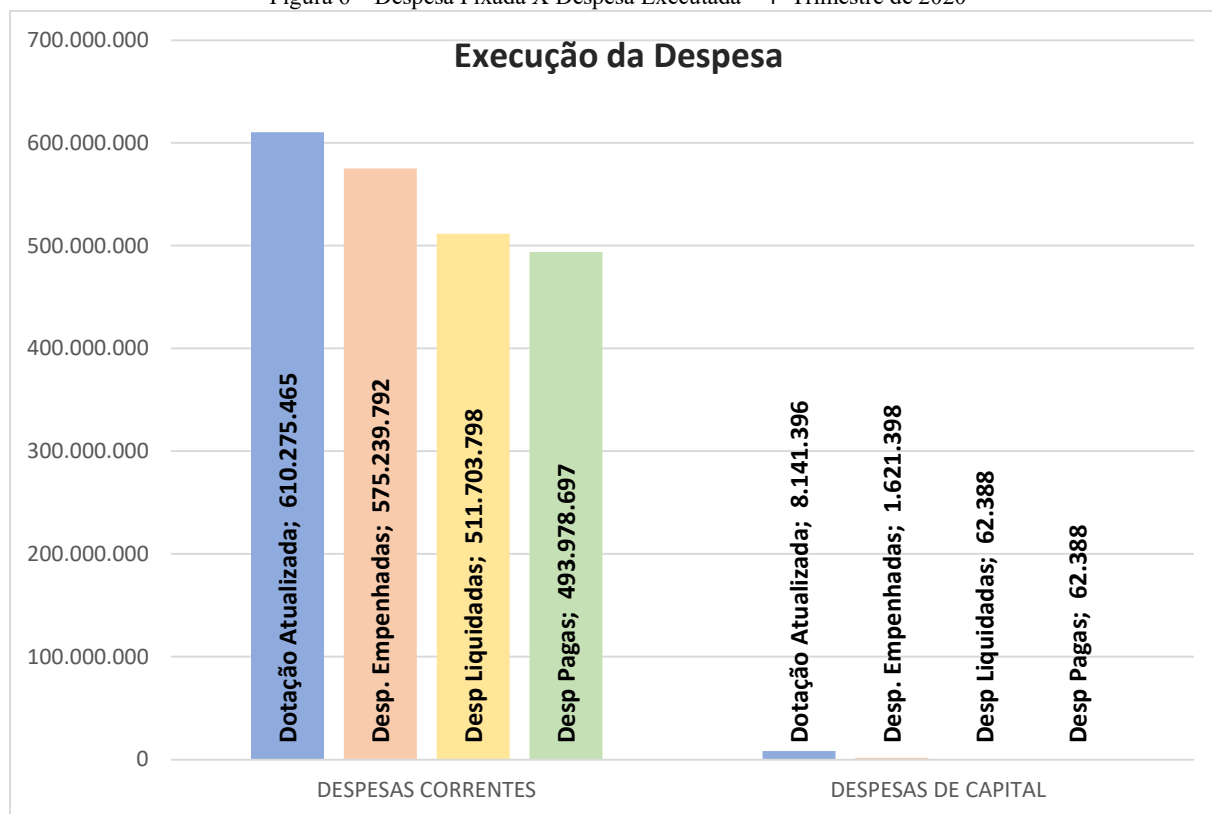


Figura 6 – Despesa Fixada X Despesa Executada – 4º Trimestre de 2020



Obs. A Reserva de Contingência de R\$ 204.893.284 não foi adicionada à Dotação Atualizada representada neste gráfico.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITA

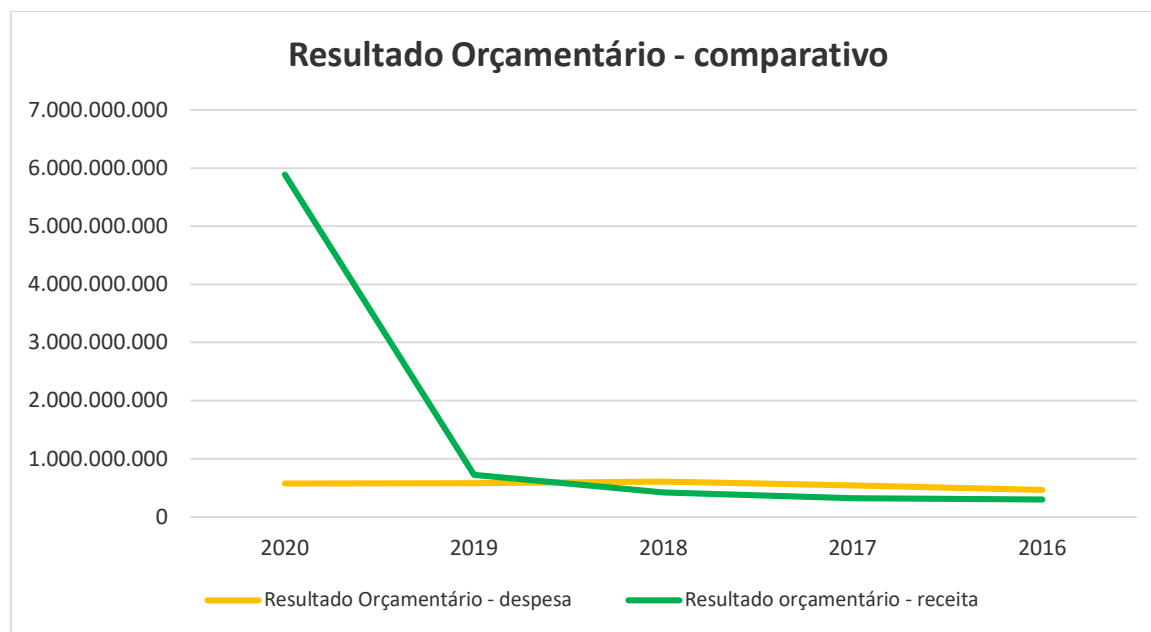
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	16	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		755.342.851	755.342.851	5.887.604.932	5.132.262.081
Receitas Tributárias	16.2	1.627.258	1.627.258	1.624.696	-2.562
Taxas		1.627.258	1.627.258	1.624.696	-2.562
Receita Patrimonial	16.3	358.876.775	358.876.775	5.548.667.754	5.189.790.979
Delegação de Serviços Públicos		358.876.775	358.876.775	5.548.667.754	5.189.790.979
Receitas de Serviços	16.4	188.698.792	188.698.792	195.643.564	6.944.772
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		188.698.792	188.698.792	195.643.564	6.944.772
Outras Receitas Correntes	16.5	206.140.026	206.140.026	141.668.918	-64.471.108
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		206.140.026	206.140.026	141.539.429	-64.600.597
RECEITAS DE CAPITAL		7.697.883	7.697.883	-	-7.697.883
Operações de Crédito	17	7.697.883	7.697.883	-	-7.697.883
Operações de Crédito Internas		7.697.883	7.697.883	-	-7.697.883
TOTAL		763.040.734	763.040.734	5.887.604.932	5.124.564.198

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	18	623.956.151	610.275.465	575.239.792	511.703.798	493.978.697	35.035.673
Pessoal e Encargos Sociais		249.260.097	260.971.056	258.323.751	257.598.812	241.376.192	2.647.305
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		374.696.054	349.304.409	316.916.041	254.104.986	252.602.505	32.388.368
DESPESAS DE CAPITAL	18	4.835.550	8.141.396	1.621.398	62.388	62.388	6.519.998
Investimentos		4.835.550	8.141.396	1.621.398	62.388	62.388	6.519.998
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19	204.893.284	204.893.284	-	-	-	204.893.284
SUBTOTAL DAS DESPESAS		833.684.985	823.310.145	576.861.190	511.766.185	494.041.085	246.448.955
SUPERAVIT				5.310.743.742			-5.310.743.742
TOTAL		833.684.985	823.310.145	5.887.604.932	511.766.185	494.041.085	-5.064.294.787

No quadro abaixo consta o comparativo dos resultados orçamentários dos exercícios de 2016 a 2020, de onde se verifica um comportamento relativamente linear da despesa e o aumento da receita nos últimos dois exercícios, cujo principal fator se deve aos ingressos financeiros decorrentes do leilão de subconcessão da Ferrovia Norte realizado pela Rumo Malha Central S.A em 2019 e, em 2020, a antecipação de parcelas vincendas pela Cia Rumo S.A. dos Contratos de concessão/subconcessão das concessionárias Rumo Malha Central S.A. e Rumo Malha Paulista S.A.

ANO	2020	2019	2018	2017	2016
TOTAL DAS DESPESAS	576.861.190	578.130.970	609.059.274	544.063.990	468.395.424
DEFICIT / SUPERÁVIT	5.310.743.742	145.807.158	-189.293.356	-219.575.198	-168.059.481
TOTAL DAS RECEITAS	5.887.604.932	723.938.127	419.765.918	324.488.792	300.335.943
Resultado Orçamentário	1020,63%	125,22%	68,92%	59,64%	64,12%



ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	Inscritos Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2019	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	20	17.692.786	58.910.029	41.885.025	41.747.426	14.095.296	20.760.093
Pessoal e Encargos Sociais		57.735	244.352	193.623	193.623	57.735	50.729
Outras Despesas Correntes		17.635.051	58.665.677	41.691.402	41.553.803	14.037.561	20.709.364
DESPESAS DE CAPITAL	20	6.302.749	16.758.583	22.294.582	22.274.138	1.299	785.895
Investimentos		6.302.749	16.758.583	22.294.582	22.274.138	1.299	785.895
TOTAL		23.995.535	75.668.612	64.179.607	64.021.564	14.096.595	21.545.987

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	Inscritos Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2019	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	20	690.457,66	20.361.356,46	20.338.513,45	3.511,70	709.788,97
Pessoal e Encargos Sociais		-	17.351.121,42	17.351.121,42	-	-
Outras Despesas Correntes		690.457,66	3.010.235,04	2.987.392,03	3.511,70	709.788,97
DESPESAS DE CAPITAL	20	-	127.030,00	127.030,00	-	-
Investimentos		-	127.030,00	127.030,00	-	-
TOTAL		690.457,66	20.488.386,46	20.465.543,45	3.511,70	709.788,97

**Execução
RPNP**

78,38%

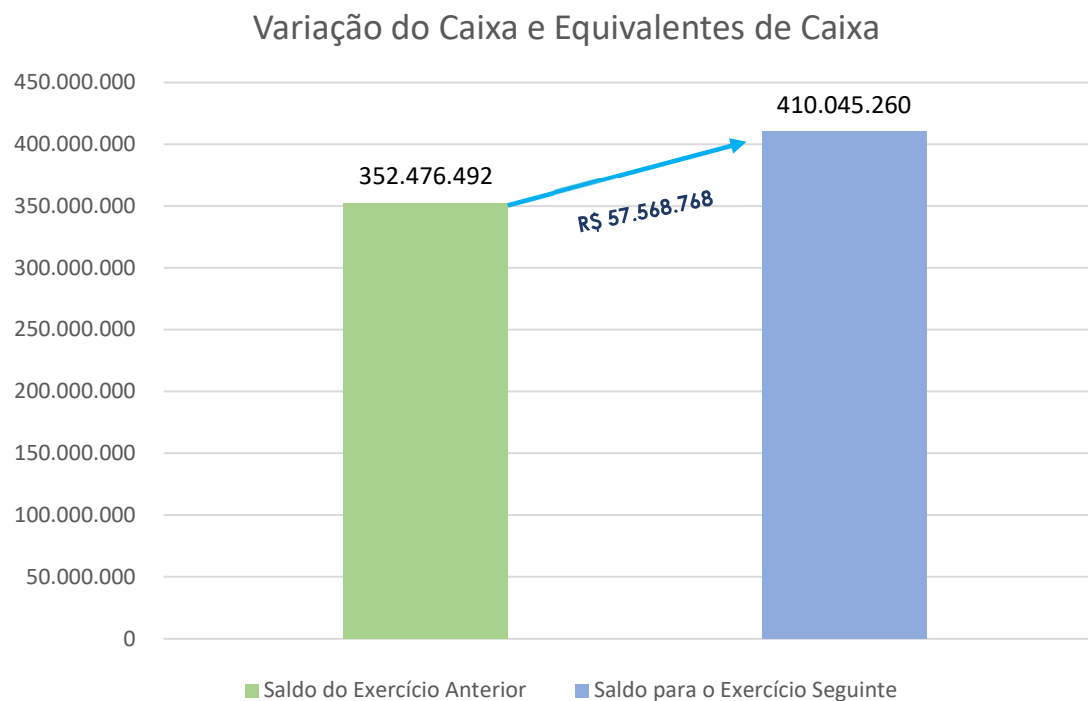
**Execução
RPP**

96,65%

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, os ingressos e dispêndios extraorçamentários e os saldos de caixa inicial e final no exercício. A variação do saldo financeiro no período aumentou em 16,33% correspondendo a um acréscimo de R\$ 57.568.768 no caixa da ANTT.

Figura 7 – Variação do Caixa e Equivalente de Caixa – 4º Trimestre de 2020



BALANÇO FINANCEIRO					
INGRESSOS	2020	2019	DISPÊNDIOS	2020	2019
Receitas Orçamentárias	5.887.604.932	723.938.127	Despesas Orçamentárias	576.861.190	578.130.970
Ordinárias	-	-	Ordinárias	57.599.943	122.768.782
Vinculadas	5.896.008.106	752.618.446	Vinculadas	519.261.247	455.362.188
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.339.143	
Outros Recursos Vinc. Fundos, Órgãos e Programas	5.896.008.106	752.618.446	Previdência Social (RPPS)	13.718.614	15.993.426
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-8.403.173	-28.680.318	Receitas Financeiras		257.000
			Dívida Pública	18.055.457	
			Outros Rec.Vinculados a Fundos, Órg e Programas	486.148.033	439.111.761
Transferências Financeiras Recebidas	687.048.460	682.231.713	Transferências Financeiras Concedidas	5.939.072.079	801.461.633
Resultantes da Execução Orçamentária	387.659.295	399.465.756	Resultantes da Execução Orçamentária	23.707.182	27.317.277
Repasso Recebido	370.128.477	380.044.282	Repasso Concedido	2.080.772	3.535.803
Sub-repasso Recebido	17.530.819	19.421.474	Sub-repasso Concedido	17.530.819	19.421.474
Independentes da Execução Orçamentária	299.389.164	282.765.957	Repasso Devolvido	4.095.591	4.360.000
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	50.328.836	60.238.855	Independentes da Execução Orçamentária	5.915.364.897	774.144.356
Demais Transferências Recebidas	204.561	526.241	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	12.486.111	12.394.442
Movimentação de Saldos Patrimoniais	248.855.768	222.000.860	Movimento de Saldos Patrimoniais	5.902.878.787	761.749.914
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	85.337.295	100.480.221	Pagamentos Extraorçamentários	86.488.649	110.202.384
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	17.725.101	20.314.105	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	20.465.543	28.436.824
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	65.095.005	75.668.612	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	64.021.564	80.368.987
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	393.229	1.396.572	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	393.229	1.396.572
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.123.960	3.100.933	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.608.312	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão Pagamento		512	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	1.152	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Ant.	169		Demais Pagamentos	1.607.160	
Arrecadação de Outra Unidade	2.123.791	3.089.038			
Valores para Compensação		524			
Demais Recebimentos		10.858			
Saldo do Exercício Anterior	352.476.492	335.621.417	Saldo para o Exercício Seguinte	410.045.260	352.476.492
Caixa e Equivalentes de Caixa	352.476.492	335.621.417	Caixa e Equivalentes de Caixa	410.045.260	352.476.492
TOTAL	7.012.467.178	1.842.271.478	TOTAL	7.012.467.178	1.842.271.478

Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC evidencia as movimentações ocorridas no caixa e equivalentes destacando o fluxo de ingresso/desembolso das atividades operacionais e das atividades de investimento. A geração líquida no caixa de R\$ 57.568.768 corrobora com o resultado apresentado no BF.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA	Nota	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	21	80.032.324	55.188.880
INGRESSOS		6.577.170.581	1.410.666.833
Receita Tributária		1.624.696	1.479.352
Receita Patrimonial		5.548.667.754	339.208.731
Receita de Serviços		195.643.564	173.492.717
Outras Receitas Derivadas e Originárias		141.668.918	209.757.327
Outros Ingressos Operacionais		689.565.649	686.728.705
Ingressos Extraorçamentários		393.229	1.396.572
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		169	
Transferências Financeiras Recebidas		687.048.460	682.231.713
Arrecadação de Outra Unidade		2.123.791	3.089.038
Valores para Compensação			524
Demais Recebimentos			10.858
DESEMBOLSOS		(6.497.138.257)	(1.355.477.952)
Pessoal e Demais Despesas		(511.600.678)	(514.342.448)
Previdência Social		(22.358.783)	(19.309.608)
Saúde		(14.689)	-
Gestão Ambiental		-	(15.140)
Transporte		(489.226.053)	(495.018.213)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		(1.152)	512
Transferências Concedidas		(44.465.111)	(38.277.299)
Intragovernamentais		(44.451.339)	(38.263.593)
Outras Transferências Concedidas		(13.772)	(13.706)
Outros Desembolsos Operacionais		(5.941.072.468)	(802.858.205)
Dispêndios Extraorçamentários		(393.229)	(1.396.572)
Transferências Financeiras Concedidas		(5.939.072.079)	(801.461.633)
Demais Pagamentos		(1.607.160)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	21	(22.463.556)	(38.333.805)
DESEMBOLSOS		(22.463.556)	(38.333.805)
Aquisição de Ativo Não Circulante		(14.496.936)	(19.572.719)
Outros Desembolsos de Investimentos		(7.966.620)	(18.761.086)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		57.568.768	16.855.075
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		352.476.492	335.621.417
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		410.045.260	352.476.492

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, referente ao quarto trimestre de 2020, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As considerações apontadas são realizadas a partir das informações obtidas com as áreas organizacionais da Agência e dos registros realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), no qual estão consolidadas as escriturações das Unidades Gestoras que compõem o Órgão 39250 (ANTT), a saber:

- 393001 SEDE (Setorial Financeira e Orçamentária);
- 393038 Unidade Regional do Rio de Janeiro – URRJ;
- 393047 Unidade Regional de São Paulo –URSP;
- 393048 Unidade Regional de Minas Gerais – URMG;
- 393090 Unidade Regional do Ceará – URCE;
- 393091 Unidade Regional do Maranhão – URMA;
- 393092 Unidade Regional do Rio Grande do Sul – URRS.

As demonstrações analisadas se referem ao: I. Balanço Patrimonial (BP); II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); III. Balanço Orçamentário (BO); IV. Balanço Financeiro (BF) e V. Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) cuja metodologia adotada baseou-se nas análises vertical e horizontal das variações ocorridas entre o período de 31/12/2019 a 31/12/2020.

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios e políticas contábeis adotados nas demonstrações são os seguintes:

- a. Moeda funcional: os saldos das demonstrações contábeis estão apresentados pela moeda funcional da União que é o “Real”. Não há valores em moeda estrangeira.
- b. Caixa e Equivalente de Caixa: são mensurados pelo valor de custo. O saldo se refere aos valores de Limite de Saque com vinculação de pagamento relativos às Programações Financeiras e aos valores diretamente arrecadados referentes à receita própria da ANTT.
- c. Demais Créditos a Curto Prazo: composto pelos adiantamentos concedidos a pessoal referentes ao 13º salário. Ainda não estão contemplados os créditos a curto prazo decorrentes das multas por infração aplicadas pela ANTT, visto que ainda não foi desenvolvida uma funcionalidade no sistema que possa fornecer essas informações de créditos a receber. Cabe citar que uma nova rotina foi incluída neste subgrupo quanto ao registro de créditos a receber decorrente dos desembolsos financeiros para atender aos Termos de Execução Descentralizada firmados por órgãos e entidades do mesmo ente federativo da União.
- d. VPDs pagas antecipadamente: composto pelo pagamento de prestação de serviços, cujo fato gerador ainda irá ocorrer conforme as datas já inseridas no cronograma de despesas.
- e. Estoques: são compostos pelos bens de almoxarifado cujo sistema utilizado para controle é o SIADS, que adota o Custo Médio Ponderado – CMP como o método de mensuração e avaliação das saídas dos estoques.

- f. Ativo Realizável a Longo Prazo: compreende os créditos a receber a longo prazo referente à Dívida Ativa Não Tributária registrados conforme as informações mensais repassadas pela PGF-ANTT. Conforme mencionado no item "c", não há informações consolidadas disponíveis em relação aos créditos a receber decorrentes das multas aplicadas pela ANTT, motivo pelo qual, também não estão evidenciados no ARLP.
- g. Dívida Ativa: tendo em vista o não reconhecimento dos direitos de crédito a receber no Ativo da ANTT, verificou-se que o registro da Dívida Ativa não está sendo realizado conforme o item 2.3.8 da Macrofunção 021112. Assim, para atenuar o impacto indevido de VPA no resultado do exercício, identificou-se os valores dos autos de infração anteriores a 2020 para registro de Ajuste de Exercícios Anteriores, permanecendo somente os autos do atual exercício como VPA de Dívida Ativa.
- h. Ajuste para perdas da Dívida Ativa - LP: na impossibilidade de ser estabelecer uma estimativa de perdas fundamentadas no histórico de recebimento e comportamento dos devedores, decidiu-se por manter o percentual histórico já adotado de 5%. No entanto, o setor responsável já foi notificado de que esse critério necessita de revisão e aprimoramento de metodologia para que seja retratada retrate a real recuperabilidade dos créditos registrados em Dívida Ativa.
- i. Imobilizado: compreende os bens móveis reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição sujeitos à apropriação mensal de depreciação, cujo controle patrimonial é realizado pelo SIADS. Estes bens ainda não passaram pelo critério de reavaliação e redução ao valor recuperável, visto que esta funcionalidade ainda está em fase de implementação no SIADS.
- j. Intangível: corresponde e às licenças de marcas utilizadas pela ANTT e reconhecidas pelo custo de aquisição, bem como às aquisições de softwares com vida útil indefinida, cuja classificação é realizada conforme especificações da área técnica da Superintendência de Tecnologia da Informação - SUTEC.
- k. Depreciação e Amortização: a depreciação dos bens móveis é calculada automaticamente pelo Sistema SIADS utilizando o método de quotas constantes além da tabela definida pela Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Para tanto, leva-se em consideração o tempo de vida útil econômica do bem, o qual é calculado em função do prazo em que é possível obter o seu retorno econômico, considerando o desgaste físico decorrente do uso e da capacidade de geração de benefícios econômicos futuros. A amortização do intangível se refere à utilização da Marca da ANTT cujo método adotado é o de quotas constantes com base no prazo de vigência de uso.
- l. Passivo Circulante: compreende as obrigações a curto prazo envolvendo os Fornecedores Nacionais e demais créditos a curto prazo, cujos registros foram reconhecidos pelo valor apresentado em documento hábil próprio, primando pelo atendimento ao Princípio da Competência, sempre que possível.
- m. Passivo Não Circulante: composto pela provisão de indenizações de riscos cíveis, calculada e atualizada conforme os critérios técnicos e valores informados pela respectiva área responsável.
- n. Ativos e Passivos Contingentes: embora não sejam reconhecidos nas demonstrações contábeis, houve os registros em contas de controles, tendo em vista a relevância dos valores que porventura poderão impactar o patrimônio da ANTT.
- o. Contribuição PIS/PASEP Lei 9.715/1998: a partir da competência junho/2020, a ANTT passou a recolher o PIS/PASEP somente sobre a receita da fonte própria 250, deixando de recolher sobre a arrecadação mensal das demais fontes 129 e 174 por serem classificadas como receitas do Tesouro e, portanto, não devem compor a base de cálculo, conforme § 3º, Art. 2º da citada Lei. (Processo SEI 50500.063336/2020-72).

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Ativo Circulante e Não Circulante

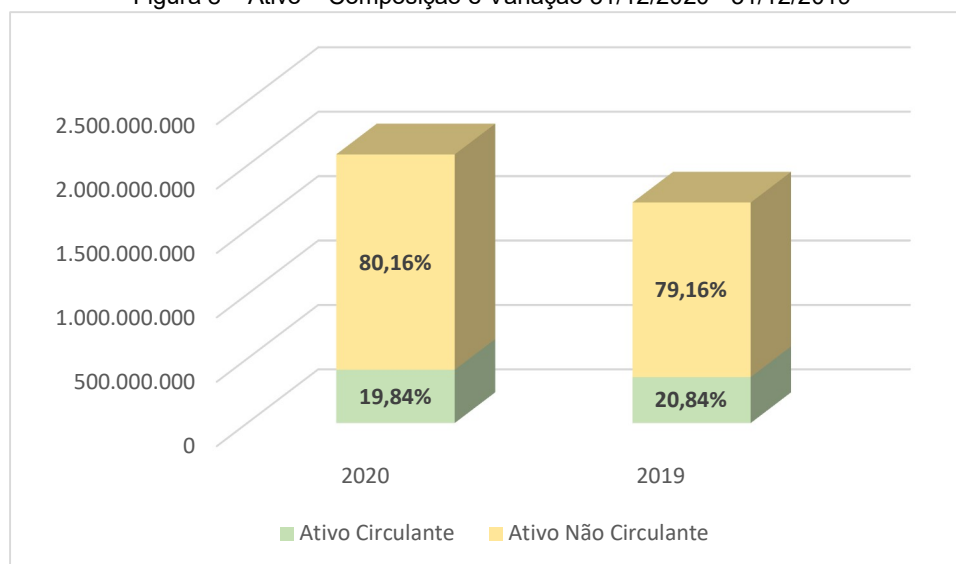
A classe do Ativo compõe-se de 19,84% de Ativo Circulante e de 80,16% de Ativo Não Circulante. Verifica-se, que no total, houve um acréscimo de 21,84% no quarto trimestre de 2020, sendo que o aumento do grupo circulante foi de 15,99%, já o não circulante aumentou em 23,38% (Tabela 1).

Tabela 1 – Ativo – Variação e Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH	AV
Ativo Circulante	413.795.220	356.757.698	15,99%	19,84%
Ativo Não Circulante	1.672.293.250	1.355.413.245	23,38%	80,16%
TOTAL DO ATIVO	2.086.088.470	1.712.170.943	21,84%	100,00%

Fonte: SIAFI

Figura 8 – Ativo – Composição e Variação 31/12/2020 - 31/12/2019



Os subgrupos que compõem o Ativo Circulante estão relacionados na Tabela 02 com as suas respectivas variações.

Tabela 2 – Ativo Circulante – Variação e Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH	AV
Caixa e Equivalentes de Caixa	410.045.260	352.476.492	16,33%	99,09%
Demais Créditos e Valores CP	2.862.464	3.109.094	-7,93%	0,69%
Estoques	807.956	1.107.894	-27,07%	0,20%
VPDs de Serviços Pagos Antecipadamente	79.540	64.218	23,86%	0,02%
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	413.795.220	356.757.698	15,99%	100,00%

Fonte: SIAFI

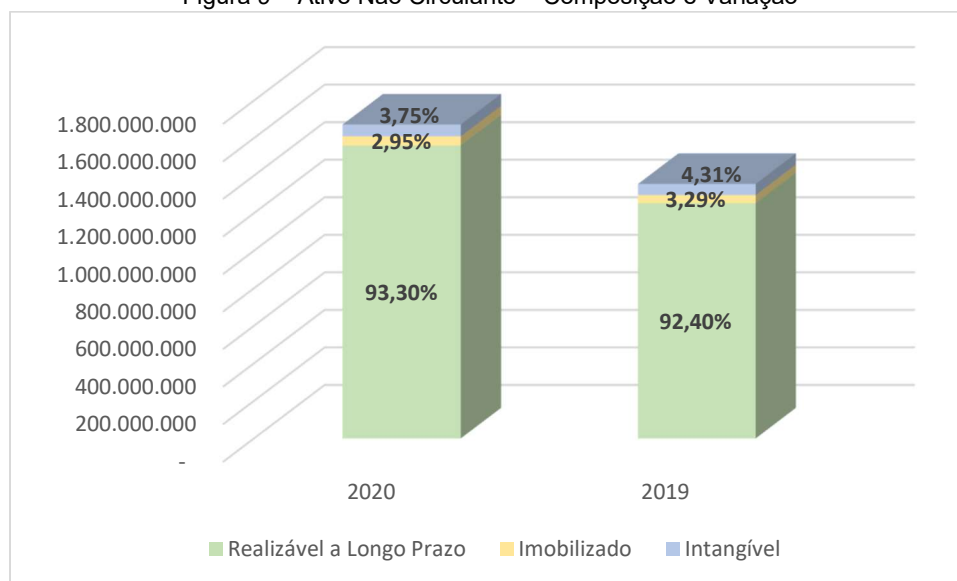
No que se refere ao Ativo Não Circulante (Tabela 3), a maior composição deste grupo corresponde ao subgrupo Realizável a Longo Prazo, cuja percentual de 93,30% corresponde aos registros da Dívida Ativa. Já as variações dos demais subgrupos representam as aquisições de bens móveis e intangíveis ocorridas no período.

Tabela 3 – Ativo Não Circulante – Variação e Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH	AV
Realizável a Longo Prazo	1.560.254.954	1.252.430.806	24,58%	93,30%
Imobilizado	49.390.396	44.561.130	10,84%	2,95%
Intangível	62.647.899	58.421.309	7,23%	3,75%
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.672.293.250	1.355.413.245	23,38%	100,00%

Fonte: SIAFI

Figura 9 – Ativo Não Circulante – Composição e Variação



Nota 02 – Caixa e Equivalente de Caixa

O subgrupo Caixa e Equivalente de Caixa é composto pelos recursos arrecadados da fonte própria e pelos liberados pelo Tesouro. Como se verifica, os valores estão distribuídos entre as Unidades Gestoras e as respectivas Fontes de Recursos, destacando-se maior representatividade para a Fonte de Recursos Próprios, 0250 e a disponibilidade concentrada na UG 393001 por se tratar da Setorial Financeira do Órgão. (Tabela 04).

Tabela 4 – Caixa e Equivalente de Caixa – Composição

UGE Fonte	393001	393038	393047	393048	393090	393091	393092	Total	AV
0100	1.110.988							1.110.988	0,27%
0129	8.118.363	-	-	-	-		-	8.118.363	1,98%
0144	1.260.445							1.260.445	0,31%
0151	145.010							145.010	0,04%
0156	506.751							506.751	0,12%
0174	4.138.739	-	-	-	-	-	-	4.138.739	1,01%
0250	394.666.731	-	8.495	-	779	39.608	49.351	394.764.965	96,27%
Total	409.947.026	-	8.495	-	779	39.608	49.351	410.045.260	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 03 – Créditos a Curto Prazo

Os valores que compõem este subgrupo estão relacionados na Tabela 05, cujos itens se referem a adiantamento de pessoal (13º salário e antecipação de salário).

Em relação aos créditos a receber, ainda não há informações sistematizadas para efetuar os registros decorrentes das multas aplicadas por parte da ANTT. Ocorre que, para o reconhecimento destes registros, há que se garantir um controle individual de cada crédito considerando as respectivas complexidades para que haja informações fidedignas, destacando-se a migração de curto e longo prazo; o ajuste para perdas; eventual suspensão do crédito; valores residuais, atualização monetária, dentre outros. Devido à ausência dessas informações sistematizadas, bem como as recomendações do TCU sobre a necessidade deste controle, o Fórum dos Contadores das Agências Reguladoras iniciou um movimento em busca de implantação de um sistema estruturante de créditos a receber, cujas discussões ainda se encontram em fases incipientes para determinação de um sistema comum neste sentido.

Tabela 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Variação e Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH	AV
13º Adiantamento	2.596.860	2.727.453	-4,79%	90,72%
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	265.604	240.991	10,21%	9,28%
TOTAL DEMAIS CRÉDITOS E VALORES CP	2.862.464	3.109.094	-7,93%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 04 - Créditos a Longo Prazo

Os valores de Dívida Ativa vêm sendo registrados, historicamente, mediante as informações encaminhadas mensalmente pela Procuradoria Federal/ANTT. Ocorre que, por não haver inscrição anterior dos créditos a receber no Ativo do Órgão 39250, o atual procedimento não atende ao previsto no item 2.3.8 da Macrofunção 021112 "Somente poderão ser encaminhados para inscrição em Dívida Ativa os créditos vencidos, anteriormente reconhecidos e registrados no Ativo do Ente Público." Ao fazer a revisão para aprimoramento dessas informações, decidiu-se pela manutenção dos registros, considerando a materialidade da informação e a relevância dos valores registrados de Dívida Ativa que atualmente superam a R\$ 1,6 milhões (Tabela 6), cujos registros foram realizados com base nos relatórios extraídos do Sistema SAPIENS da AGU encaminhados pela Procuradoria Federal. Visando atenuar a distorção de valores de VPA, ponderou-se em ajustar os registros da seguinte forma: os valores relativos aos autos de infração inscritos em dívida referentes a exercícios anteriores a 2020 foram corrigidos para Ajuste de Exercício Anterior – AJE, já os valores relativos aos autos de infração de 2020 foram mantidos como VPA de Dívida Ativa (Tabela 6.1). Este procedimento será mantido no decorrer do próximo exercício, ao mesmo tempo em que serão buscados meios para obtenção de dados fidedignos para o registro de créditos a receber.

Quanto ao "Ajuste para Perdas da Dívida Ativa", manteve-se a utilização do percentual histórico em torno de 5% dos valores inscritos, visto a necessidade de obter mais informações que subsidiem a adoção de critérios aprimorados que reflitam a real perda deste ativo.

Tabela 6 – Créditos a Longo Prazo – Variação e Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH	AV
Dívida Ativa Não Tributária	1.642.373.636	1.318.348.217	24,58%	105,00%
(-) Ajustes para Perdas de Créditos LP	-82.118.682	-65.917.411	24,58%	-5,00%
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.560.254.954	1.252.430.806	24,58%	100,00%

Fonte: SIAFI

Tabela 6.1 – Créditos a Longo Prazo – Variação e Composição

Saldo Inicial em 01/01/2020	1.318.348.217
VPA de Dívida Ativa Não Tributária	529.369
Ajuste de Exercícios Anteriores de valores de Dívida Ativa	323.496.050
Saldo Final em 31/12/2020	1.642.373.636

Fonte: SIAFI

Nota 05 - Imobilizado

O Imobilizado da ANTT está composto somente por bens móveis, cuja variação no período apresentou um aumento de 10,84%:

Tabela 7 – Imobilizado – Variação e Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH	AV
Bens Móveis	115.681.517	101.369.584	14,12%	234,22%
(-) Depreciação/Amortização	-66.291.120	-56.808.454	16,69%	-134,22%
TOTAL DO IMOBILIZADO	49.390.396	44.561.130	10,84%	100,00%

Fonte: SIAFI

5.1 BENS MÓVEIS

Os bens móveis que compõem o Imobilizado da ANTT estão registrados pelo critério do custo de aquisição e com a respectiva depreciação, cujo valor líquido total em 31/12/2020 é de R\$ 49.390.396. O critério de mensuração (reavaliação ou redução ao valor recuperável) destes bens ainda não foi revisto, visto que a funcionalidade para permitir estes registros ainda está em desenvolvimento no Sistema SIADS.

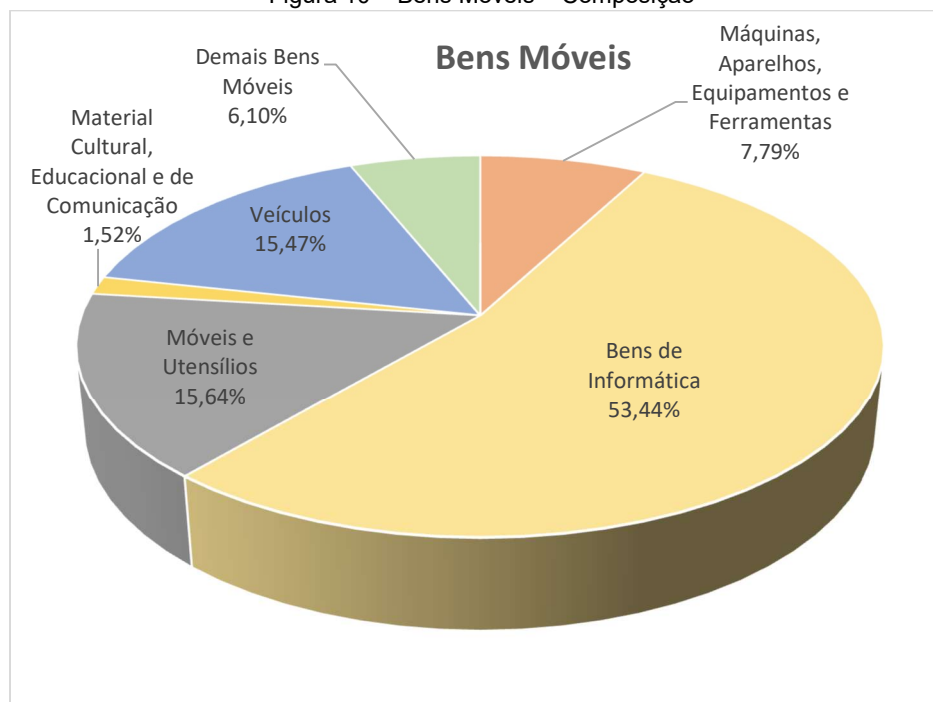
Tabela 8 – Bens Móveis – Variação e Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH	AV
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	9.012.938	6.574.673	37,09%	7,79%
Bens de Informática	61.840.830	55.471.077	11,48%	53,44%
Móveis e Utensílios	18.098.316	16.771.193	7,91%	15,64%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.762.960	1.741.390	1,24%	1,52%
Veículos	17.906.025	13.922.525	28,61%	15,47%
Bens Móveis em Almoxarifado	0	1.121	100,00%	0,00%
Demais Bens Móveis	7.060.448	6.887.606	2,51%	6,10%
Depreciação Acumulada de Bens Móveis	-66.291.120	-56.808.454	16,69%	-57,28%
TOTAL BENS MÓVEIS VALOR LÍQUIDO	49.390.396	44.561.130	10,84%	42,68%

Fonte: SIAFI - * a análise vertical foi realizada com base no valor bruto dos bens móveis, desconsiderando o valor depreciado.

Dos bens móveis registrados, 53,44% do valor contábil bruto se refere a bens de informática, cujo aumento da representatividade se deve principalmente às aquisições de infraestrutura física e tecnológica para implantação do Centro Nacional de Supervisão Operacional (CNSO), compreendendo monitores, soluções hiperconvergentes e microcomputadores.

Figura 10 – Bens Móveis – Composição



5.2 DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS

A depreciação dos bens móveis é calculada automaticamente pelo Sistema SIADS utilizando o método de quotas constantes mediante tabela definida pela Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, onde se leva em consideração o tempo de vida útil econômica do bem, o desgaste físico decorrente do uso e da capacidade de geração de benefícios econômicos futuros. Em 30/09/2020, o valor total da depreciação acumulada foi de R\$ **66.291.120** distribuídos nas categorias abaixo:

Tabela 09 – Depreciação Acumulada Bens Móveis – Composição

	31/12/2020
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	-4.412.969
Bens de Informática	-38.142.572
Móveis e Utensílios	-10.729.872
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	-1.232.113
Veículos	-7.168.997
Demais Bens Móveis	-4.604.597
TOTAL BENS MÓVEIS	-66.291.120

Fonte: SIAFI

Nota 06 - Intangível

O subgrupo de intangíveis é essencialmente composto pelas aquisições de licenças de softwares com utilização por prazo indeterminado, conforme indicação técnica da área de Tecnologia da Informação da ANTT. Esses ativos ainda não passaram por testes individuais para avaliação de perdas ao valor recuperável e de revisão de vida útil indefinida. A funcionalidade de controle de intangíveis no SIADS foi implantada parcialmente, permitindo registrar os itens do SIAFI no sistema de controle patrimonial. Para as próximas evoluções será possível liquidar as aquisições no SIADS com reflexo automático no SIAFI.

Tabela 10 – Intangível – Variação e Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH	AV
Softwares com Vida Útil Indefinida	62.647.770	58.421.150	7,23%	100,00%
Marcas/Direitos e Patentes	438	438	0,00%	0,00%
(-) Amortização Acumulada Marcas, Direitos Pat.	-309	-279	10,67%	0,00%
TOTAL BENS INTANGÍVEIS	62.647.899	58.421.309	7,23%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 07 – Passivo Exigível

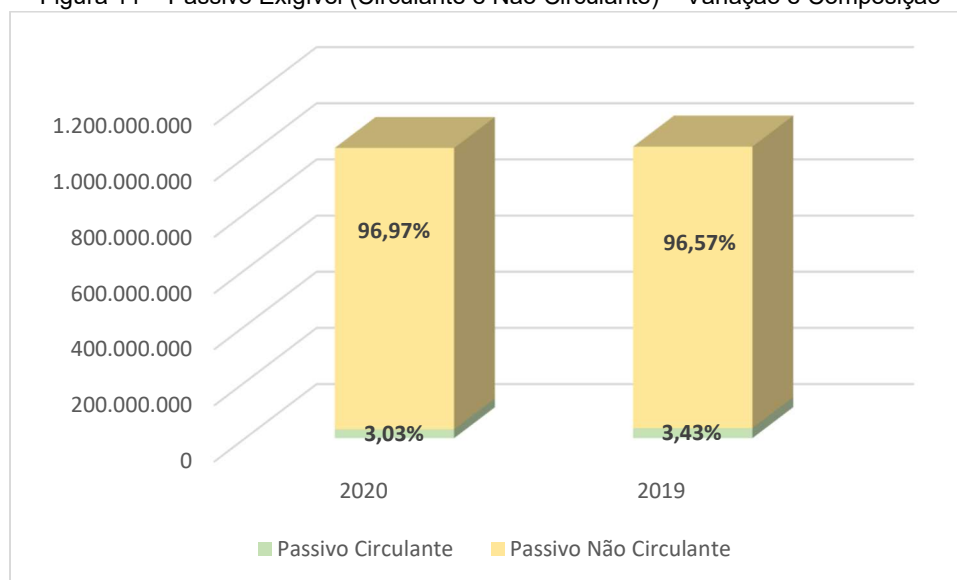
A classe Passivo compõe-se de 96,97% do Passivo Não Circulante e 3,03% de Circulante (Tabela 11).

Tabela 11 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH	AV
Passivo Circulante	31.366.522	35.606.146	-11,91%	3,03%
Passivo Não Circulante	1.002.190.687	1.002.751.336	-0,06%	96,97%
TOTAL DO PASSIVO	1.033.557.209	1.038.357.482	-0,46%	100,00%

Fonte: SIAFI

Figura 11 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição



Nota 08 – Passivo Circulante

As obrigações da ANTT estão evidenciadas por valores já conhecidos e registrados com suporte em documento hábil próprio. O reconhecimento das obrigações por regime de competência tem sido um critério adotado visando a evidenciação tempestiva das informações quando de conhecimento da GEORF, de forma especial no tocante às obrigações de Pessoal, Fornecedores e Contas a Pagar.

Tabela 12 – Passivo Circulante – Variação e Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH	AV
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar CP	25.076.111	23.814.858	5,30%	79,95%
Fornecedores e Contas a Pagar CP	605.048	8.454.906	-92,84%	1,93%
Demais Obrigações a Curto Prazo	5.685.363	3.336.382	70,41%	18,13%
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	31.366.522	35.606.146	-11,91%	100,00%

Fonte: SIAFI

O saldo em "Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistencial a Pagar", se deve aos valores de Salários e Ordenados cuja compensação das ordens bancárias ocorre somente no primeiro dia útil do mês subsequente. A variação de negativa de 92,84% em Fornecedores se deve à efetivação dos pagamentos, reduzindo os compromissos de obrigações a pagar em relação ao exercício anterior. O item "Demais Obrigações a Curto Prazo" se refere aos tributos e contribuições retidos na folha de pessoal, cujo recolhimento ocorre no mês subsequente com a liberação da ordem bancária.

Nota 09 – Passivo Não Circulante (Provisões a Longo Prazo)

As Provisões para indenizações cíveis foram reconhecidas com base nos critérios estabelecidos na NBC TSP 003. Compõe-se do montante de indenização em favor da Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A., decorrente da revisão final do reequilíbrio econômico-financeiro em função da extinção do Contrato de Concessão DNER/PG – 154/94-00. Já a provisão para perdas judiciais/administrativas se refere à ação ajuizada contra a ANTT por parte da Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo LTDA. Este registro foi realizado pela Coordenação de Contabilidade da STN em cumprimento à Portaria Conjunta 08/2015 AGU/STN, e, por se tratar de uma ação que já foi transitada em julgado e está em fase de execução, foi classificado como perda provável nos termos da Portaria Nº40/2015-AGU, motivo pelo qual foi reconhecida provisão.

Tabela 13 – Provisões a Longo Prazo – Variação e Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH	AV
Provisão para indenizações cíveis	2.190.687	2.751.336	-20,38%	0,22%
Provisões para perdas judiciais/administrativas	1.000.000.000	1.000.000.000	0,00%	99,78%
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	1.002.190.687	1.002.751.336	-0,06%	100%

Fonte: SIAFI

Nota 10 – Patrimônio Líquido

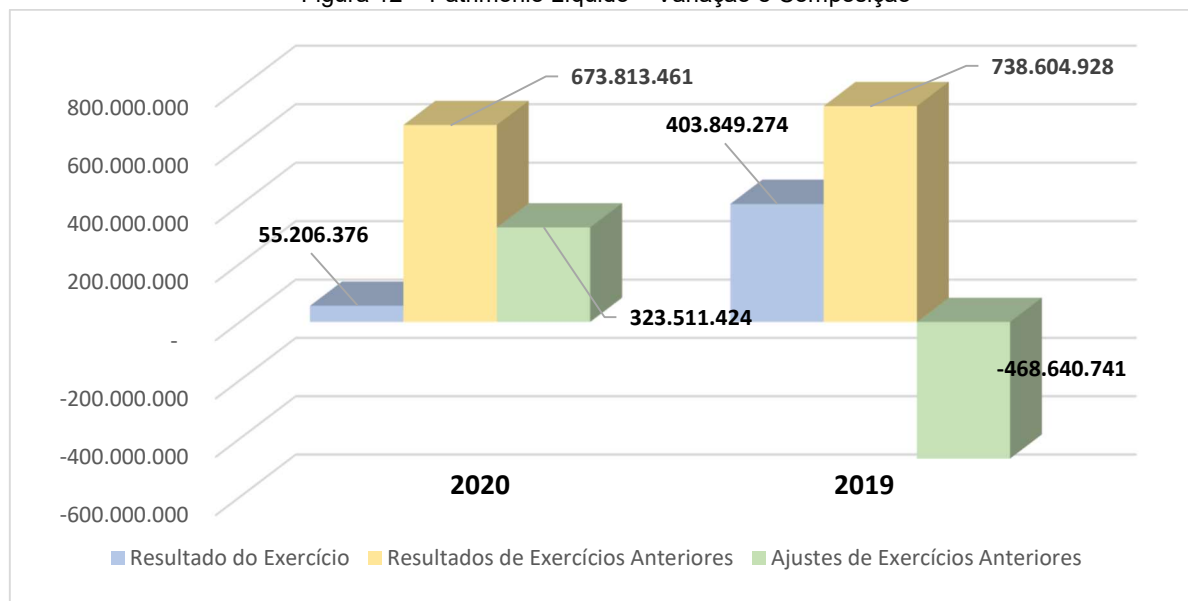
O Patrimônio Líquido acumulou o valor de R\$ 1.052.531.261, composto pelo resultado apurado no período (que são as VPAs deduzidas das VPDs), acrescendo-se o resultado apurado em exercícios anteriores, além do ajuste de exercícios anteriores. (Tabela 14).

Tabela 14 – Patrimônio Líquido – Variação e Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH	AV
Resultado do Exercício	55.206.376	403.849.274	-86,33%	5,25%
Resultados de Exercícios Anteriores	673.813.461	738.604.928	-8,77%	64,02%
Ajustes de Exercícios Anteriores	323.511.424 -	468.640.741	-169,03%	30,74%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.052.531.261	673.813.461	56,21%	100%

Fonte: SIAFI

Figura 12 – Patrimônio Líquido – Variação e Composição



O item referente ao Resultado do Exercício demonstra um superávit patrimonial de R\$ 55.206.376 no quarto trimestre de 2020. (Tabela 15).

Tabela 15 – Ajuste de Exercícios Anteriores – Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH
Variação Patrimonial Aumentativa - VPA	6.612.666.305	1.815.065.001	264,32%
Variação Patrimonial Diminutiva - VPD	6.557.459.929	1.411.215.726	364,67%
	55.206.376	403.849.274	-86,33%

Fonte: SIAFI

Nota 11 – Passivos Contingentes

Os registros de Passivos Contingentes são decorrentes da recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessões da Companhia de Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. – CON CER (Contrato N° PG/138/95-00 – Termo Aditivo N° 12/2014) conforme informações repassadas pela área finalística responsável. A redução de 14,52% apresentada no período decorreu da retificação do segundo aporte da CON CER, aprovada pela Diretoria Colegiada da ANTT, por meio da Deliberação n° 972, de 5/11/2019, no âmbito da 13ª Revisão Extraordinária, em função do ajuste no cronograma de investimentos relativos às obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis, conforme Notas Técnicas SEI N° 1148/2019/GEFIR/SUINF/DIR, (0305942), de 13/05/2019, e N° 2083/2019/GEFIR/SUINF/DIR, (0716309), de 08/07/2019.

Tabela 16 – Passivos Contingentes – Variação e Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH	AV
Passivos Contingentes Previstos	732.113.707	842.007.745	-13,05%	100,00%
TOTAL DO PASSIVO CONTINGENTE	732.113.707	842.007.745	-13,05%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 12 – Ativos Contingentes

Os registros de Ativos Contingentes são decorrentes da proposta de ajuste final do Contrato de Concessão da CONCEPA (Contrato N° PG/016/97-00 – Termo Aditivo N° 13/2014), conforme informações, cálculos e atualizações encaminhados mensalmente pela área finalística responsável.

Tabela 17 – Ativos Contingentes – Variação e Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH	AV
Ativos Contingentes Previstos	144.098.973	107.195.820	34,43%	19,68%
TOTAL DO ATIVO CONTINGENTE	144.098.973	107.195.820	34,43%	19,68%

Fonte: SIAFI

Nota 13 – Obrigações Contratuais

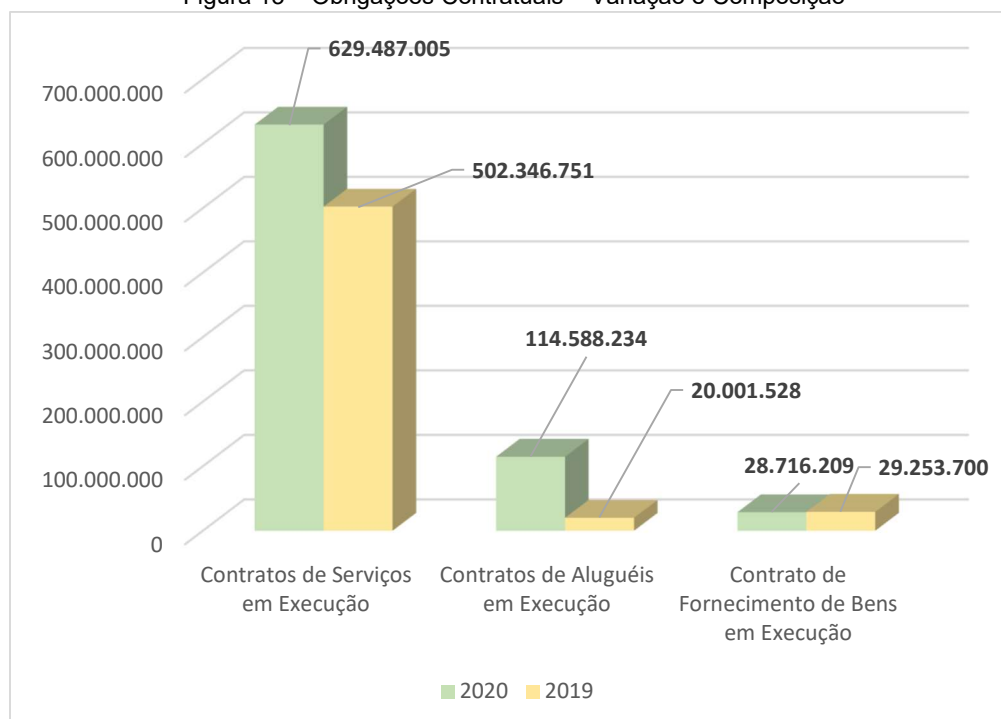
Os saldos das obrigações contratuais vigentes da ANTT estão evidenciados na classe de atos potenciais e se referem a contratos de serviços, aluguéis e de fornecimento de bens, conforme Tabela 18. A variação acentuada no item de contratos de aluguéis se deve ao registro do quinto termo aditivo do contrato N° 001/2010 com a Empresa JN Venâncio Ltda referente ao aluguel da sede da ANTT em Brasília/DF.

Tabela 18 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH	AV
Contratos de Serviços em Execução	629.487.005	502.346.751	25,31%	81,46%
Contratos de Aluguéis em Execução	114.588.234	20.001.528	472,90%	14,83%
Contrato de Fornecimento de Bens em Execução	28.716.209	29.253.700	-1,84%	3,72%
TOTAL DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	772.791.449	551.601.979	23,00%	100,00%

Fonte: SIAFI

Figura 13 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição



Nota 14 – Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

Tabela 19 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Variação e Composição

	31/12/2020	31/03/2019	AH	AV
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.320.994	2.113.360	9,82%	0,04%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	5.744.026.936	512.711.656	1020,32%	86,86%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	8.857.597	425.711	1980,66%	0,13%
Transferências e Delegações Recebidas	694.989.617	685.990.653	1,31%	10,51%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos	14.097.488	17.011.017	-17,13%	0,21%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	148.373.673	596.812.603	-75,14%	2,24%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.612.666.305	1.815.065.001	264,32%	100%

Fonte: SIAFI

14.1 A VPA de R\$ 2.320.994 se refere à arrecadação tributária de taxa de fiscalização do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros (Fonte 174), prevista na Lei nº 12.996/2014 e regulamentados por meio da Resolução ANTT nº 4.936/2015. Esta VPA apresenta o valor bruto arrecadado, já o Balanço Orçamentário apresenta esta mesma receita considerando apenas o valor líquido em favor da ANTT, onde são descontados os 30% da DRU (Desvinculação de Receita da União) e outras deduções da receita que porventura houver.

14.2 A VPA classificada como Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos no valor de R\$ 5.744.026.936 se refere às receitas de concessões e outorgas ferroviárias e rodoviárias (cujas nomenclaturas no Balanço Orçamentário são Receitas Patrimonial e de Serviços, respectivamente). Destaque-se que, além dos novos ingressos financeiros decorrentes do leilão de subconcessão da Ferrovia Norte realizado pela Rumo Malha Central S.A. no primeiro semestre/2020, a variação superior de 1020% ocorrida nesta VPA se deve ao pagamento antecipado de parcelas de outorgas ferroviárias realizado pela Companhia Rumo S.A. em 15/09/2020, no valor total de R\$ 5.100.511.197,11 arrecadados em favor da ANTT, as quais foram realizadas de acordo com os Termos Aditivos dos respectivos Contratos de concessão/subconcessão das concessionárias Rumo Malha Central S.A. e Rumo Malha Paulista S.A.

14.3 As VPA's Financeiras se referem aos juros e encargos de mora das multas contratuais aplicadas às concessionárias. Verificou-se que esta VPA não refletiu adequadamente os fatos de arrecadação no exercício anterior, visto que as guias de recolhimento da União – GRU estavam sendo preenchidas sem o devido detalhamento nos respectivos campos. Em meados de 2019 a Coordenação de Arrecadação passou a informar estes valores nas GRU's, motivo pelo qual houve o acréscimo de variação nesta VPA.

14.4 As Transferências e Delegações Recebidas são os valores recebidos pela STN decorrentes das programações financeiras para pagamento das despesas de pessoal e custeio referente às Fontes 100, 129 e 174, tanto do exercício (R\$ 387.659.295,35) como de Restos a Pagar (50.328.835,86) e recursos primários de livre aplicação (R\$ 204.560,99). Estão registrados também as doações e transferências mobiliárias concedidas internamente entre as UGs por meio do SIADS, motivo pelo qual há a compensação de movimentação patrimonial tanto na VPD, quanto na VPA (R\$ 7.941.157,21). Do valor total desta VPA, cerca de 36% se refere a movimentações de saldos patrimoniais, cujo valor registrado de (R\$ 248.855.767,59) se deve a: descontos e abatimentos de multas pagas, retificações de GRU's e destinação de receita de arrecadação de honorários para a Advocacia Geral da União.

14.5 A Valorização e Ganhos com Ativos ocorreu em função dos valores registrados no SIADS por meio de Nota de Lançamento referente à incorporação de material gráfico, cuja aquisição orçamentária é registrada como serviço, porém, a sua essência se refere a um bem patrimonial em estoque. Cerca de 99% desta VPA se deve à incorporação de direito a receber no Ativo, que são os registros no subgrupo de créditos de curto prazo, quando são realizados os desembolsos financeiros dos Termos de Execução Descentralizadas (R\$14.012.748,43), que em contrapartida, são registrados como VPD quando da aprovação destes recursos e por consequência a desincorporação de Ativo.

14.6 O item Outras Variações Patrimoniais Aumentativas é composto de 99% da arrecadação de multas de poder de polícia decorrentes das infrações ocorridas na fiscalização de serviços de transportes rodoviários de passageiros/cargas. O restante do percentual trata-se de reversão de provisão e indenizações/restituições da folha de pessoal e do registro de inscrição de valores da dívida ativa. A variação negativa de 75,14% em relação ao período anterior, se deve à mudança de critério de reconhecimento dos registros de dívida ativa, sendo que os autos de infração anteriores a 2020 deixaram de impactar a VPA e passaram a ser registrados como ajuste de exercícios anteriores.

Nota 15 – Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

Tabela 20 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Variação e Composição

	31/12/2020	31/03/2019	AH	AV
Pessoal e Encargos	245.814.228	255.188.053	-3,67%	3,75%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	24.920.515	20.165.693	23,58%	0,38%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	288.787.498	261.190.509	10,57%	4,40%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	7.449.206	20.475.221	-63,62%	0,11%
Transferências e Delegações Concedidas	5.948.635.866	805.220.618	638,76%	90,72%
Desvaloriz./Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	35.773.276	40.430.160	-11,52%	0,55%
Tributárias	5.708.731	8.323.863	-31,42%	0,09%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	370.609	221.609	67,24%	0,01%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	6.557.459.929	1.411.215.726	364,67%	100%

Fonte: SIAFI

15.1 Pessoal e Encargos: VPDs que se referem à remuneração de pessoal ativo civil relativos aos vencimentos, abonos, adicionais, gratificações, férias, 13º salário, indenizações, sentenças judiciais, encargos e benefícios relativos a auxílios transporte, alimentação, moradia; assistência à saúde, etc.

15.2 Benefícios Previdenciários e Assistenciais: são VPDs decorrentes das aposentadorias, pensões, gratificações, auxílio natalidade, dentre outros.

15.3 Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: VPDs referentes a despesas administrativas de manutenção do órgão e os serviços de natureza continuada, além das variações decorrentes das depreciações de bens móveis e, em menor proporção, da amortização de bens intangíveis.

15.4 Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras se referem aos descontos financeiros concedidos nos pagamentos de multas aplicadas pela ANTT, destacando-se duas situações específicas que impactam neste tipo de despesa. A primeira é o desconto de 20% quando o pagamento for realizado até a data do vencimento para as multas de excesso de peso, conforme Código de Trânsito Brasileiro – CTB. A outra é decorrente da previsão da Resolução da ANTT nº 5.083/2016, cujo art. 86 dispõe sobre a concessão de desconto de 30% ao valor da multa na hipótese de o infrator

renunciar expressamente o direito de interpor recurso administrativo. Assim, à medida em que os pagamentos das multas forem realizados neste tipo de condição, haverá o aumento desta VPD.

15.5 Transferências e Delegações Concedidas se referem aos sub-repasses de valores (RP e exercício) transferidos por meio de Programação Financeira para as Unidades Regionais descentralizadas e aos repasses transferidos em função dos Termos de Execução Descentralizada – TED, tanto de recursos do exercício quanto de restos a pagar. Acrescente-se que foi registrada nesta VPD a devolução de recursos diferidos à STN no valor de R\$ 3,954 mil para fins de remanejamento de fonte. Estão registrados também as doações e transferências mobiliárias concedidas internamente entre as UGs por meio do SIADS, motivo pelo qual há a compensação de movimentação patrimonial tanto na VPD, quanto na VPA (R\$ 7.941.157,21). Verifica-se que a quase totalidade desta VPD (99,52%) se refere à compensação de movimentação patrimonial relativa às arrecadações das fontes 129 e 174, para compensar os valores destas VPA, pois, apesar de se tratar de receitas da ANTT, os recursos financeiros são transferidos para as disponibilidades de caixa da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

15.6 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos: cerca de 45% desta VPD se refere aos registros patrimoniais referentes aos Ajustes para perdas em Dívida Ativa no valor de R\$ 16.201.270,93. E, aproximadamente 15%, (R\$ 5.200.556,13) se refere aos valores de honorários advocatícios decorrentes dos códigos de recolhimento da dívida ativa da ANTT, no qual há a destinação do recurso para a AGU. Além disso, houve a desincorporação de Ativo no valor de R\$ 14.152.748,43 decorrente da comprovação dos desembolsos financeiros dos Termos de Execução Descentralizadas, correspondendo em torno de 39% desta VPD.

15.7 Tributárias: VPDs decorrentes de pagamento de impostos (IPTU) e contribuições sociais (PIS/PASEP cujo recolhimento é de 1% sobre a receita corrente da Agência, conforme prevê a Lei n.º 9.715/1998) e contribuições para serviço de iluminação pública cobradas sobre as faturas de energia elétrica das unidades organizacionais da ANTT. A redução de cerca de 31% desta VPD trata-se do reflexo na mudança de critério para recolhimento do PIS/PASEP, em que a partir da competência JUNHO/2020 passou-se a arrecadar somente sobre as receitas próprias (Fonte 250).

15.8 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: corresponde à atualização da provisão registrada em favor da Concessionária CCR PONTE referente à indenização calculada em razão de eventos de desequilíbrio devido à extinção do Contrato de Concessão N. PG-154/94-00. Corresponde também às VPDs decorrentes de indenizações e restituições concedidas pela ANTT referentes a: bolsas de estudo de idiomas a servidores; ajudas de custo; ressarcimento de despesas com passagem aérea; pagamento de per capita referente ao convênio de adesão com a GEAP.

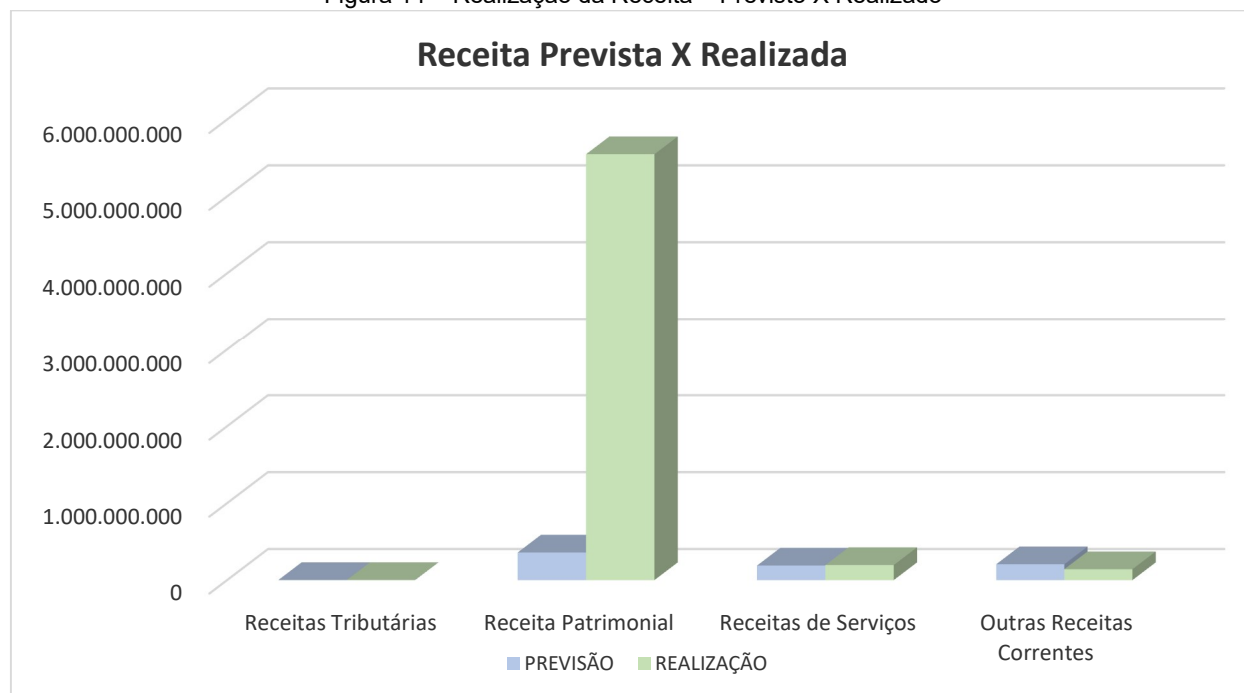
Nota 16 – Receitas Orçamentárias

Tabela 21 – Receita Orçamentária – Previsão e Realização

	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo	% de Realização
Receitas Tributárias	1.627.258	1.624.696	-2.562	99,84%
Receita Patrimonial	358.876.775	5.548.667.754	5.189.790.979	1546,12%
Receitas de Serviços	188.698.792	195.643.564	6.944.772	103,68%
Outras Receitas Correntes	206.140.026	141.668.918	-64.471.108	68,72%
Receitas de Capital	7.697.883	0	-7.697.883	
TOTAL	763.040.734	5.887.604.932	5.124.564.198	771,60%

Fonte: SIAFI

Figura 14 – Realização da Receita – Previsto X Realizado



16.1 Ocorreu um fato imprevisto em setembro/2020 que impactou os índices de arrecadação levando ao percentual de 771,60% de realização em relação à receita total prevista. A variação acentuada na Receita Patrimonial de 1546% deve-se à antecipação de parcelas vincendas de outorgas ferroviárias realizadas pela Cia Rumo S.A. As Receitas Tributárias alcançaram 99,84% em relação ao previsto, superando a possibilidade de frustração de arrecadação apresentada no trimestre anterior, bem como a Receita de Serviços que apresentou um excesso de arrecadação de 3,68%. No que se refere às Outras Receitas Correntes houve uma frustração de 31,28% em relação ao previsto, cuja redução de arrecadação foi mais acentuada entre o período de junho a setembro/20, situação que se acentuou também em função da pandemia do COVID-19.

16.2 As receitas da ANTT que têm origem tributária se referem às taxas de fiscalização do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros (Fonte 174). O Balanço Orçamentário demonstra no campo "Receita Realizada" o valor líquido efetivamente arrecadado em favor da ANTT, já deduzido da DRU e de outros abatimentos que porventura houver.

16.3 As Receitas Patrimoniais são decorrentes das arrecadações de outorgas/concessões de ferrovias e outorgas de serviços de transportes de passageiros. A arrecadação desta receita decorre das parcelas dos contratos de concessões das malhas ferroviárias. A realização superior a 1.500% ocorreu em função do pagamento antecipado de parcelas de outorgas ferroviárias realizada pela Companhia Rumo S.A. em 15/09/2020. As antecipações destas parcelas totalizaram o valor de R\$ 5.100.511.197,11 arrecadados em favor da ANTT, as quais foram realizadas de acordo com os Termos Aditivos dos respectivos Contratos de concessão/subconcessão das Malhas ferroviárias, conforme relacionado abaixo:

- R\$ 2.276.734.339,49, referente às parcelas de 06 a 64, com vencimento entre 05/11/2020 a 05/05/2035, de acordo com a cláusula 20.1, incisos IV e V do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Subconcessão da Rumo Malha Central S.A.
- R\$ 2.823.776.797,62, referente às parcelas 03 a 72, com vencimento entre 05/12/2020 a 05/03/2038, de acordo com a cláusula 18.1.3 do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Rumo Malha Paulista S.A.

Ressalte-se que esta arrecadação não estava prevista para ocorrer no atual exercício financeiro, motivo pelo qual não foi projetada na LOA/2020, incorrendo neste excesso de arrecadação com realização superior a 1500% em relação à receita prevista.

16.4 As Receitas de Serviços são decorrentes da verba anual das concessionárias de rodovias, destinadas a cobrir despesas com fiscalização das concessões. Em proporção menor, estas receitas decorrem também da arrecadação de emolumentos de cargas/passageiros.

16.5 Outras Receitas Correntes: compõem-se das multas aplicadas pelo Poder de Polícia decorrentes das infrações ocorridas na prestação de serviços de transportes rodoviários de passageiros/cargas internacionais e interestaduais; e das multas contratuais regulatórias aplicadas às concessionárias.

Nota 17 – Operação de Crédito

A Lei Nº 14.008 de 02 de junho de 2020 publicada no Diário Oficial da União em 03 de junho de 2020 autorizou a realização de receita de operações de crédito por emissão de Títulos do Tesouro Nacional no valor de **R\$ 343.623.574.293**, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária de 2020 em favor de diversos órgãos do Poder Executivo.

Deste montante, foi remanejado para o orçamento da ANTT a operação de crédito (Tabela 21) no valor total de **R\$ 7.697.883** (sete milhões, seiscentos e noventa e sete mil e oitocentos e oitenta e três reais) distribuídos em: Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo R\$ 7.696.447 e Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais R\$ 1.436.

Dessa forma, para fins de cumprimento da regra de outro prevista na CF/88, art. 167, inciso III, as dotações de pessoal e benefícios que estavam bloqueadas na LOA 2020 foram disponibilizadas, devido a esta operação de crédito realizada pela União

Nota 18 – Despesas Orçamentárias

As despesas empenhadas no exercício são consideradas como executadas no âmbito orçamentário. Na proporção que se pode verificar, as Outras Despesas Correntes que se referem aos serviços continuados, de apoio de manutenção do órgão correspondem, até 31/12/2020, a 55% dos gastos, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais possui uma representatividade de 45%. Quanto às despesas de investimento, o baixo valor executado não atingiu representatividade em relação ao total das despesas.

Tabela 22 – Despesa Orçamentária – Fixação e Execução

	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Pessoal e Encargos Sociais	260.971.056	258.323.751	257.598.812	241.376.192	2.647.305
Outras Despesas Correntes	349.304.409	316.916.041	254.104.986	252.602.505	32.388.368
Investimentos	8.141.396	1.621.398	62.388	62.388	6.519.998
Reserva de Contingência	204.893.284	-	-	-	204.893.284
TOTAL	823.310.145	576.861.190	511.766.185	494.041.085	246.448.955

Fonte: SIAFI

O índice de execução da despesa no 4º trimestre/20 foi de 93,28% levando-se em consideração as despesas empenhadas em relação à dotação atualizada (deduzida da Reserva de Contingência). Este mesmo índice de execução seria de 70,07% se for comparado à dotação total de R\$ 823.310.145. O índice de liquidação, que é a efetiva entrega de bens e serviços contratados, foi de 88,72% em relação à despesa empenhada. E por fim, o índice de pagamento é de 96,54% que se refere o quanto foi pago da despesa já liquidada.

Figura 15 – Despesas Executadas – Composição

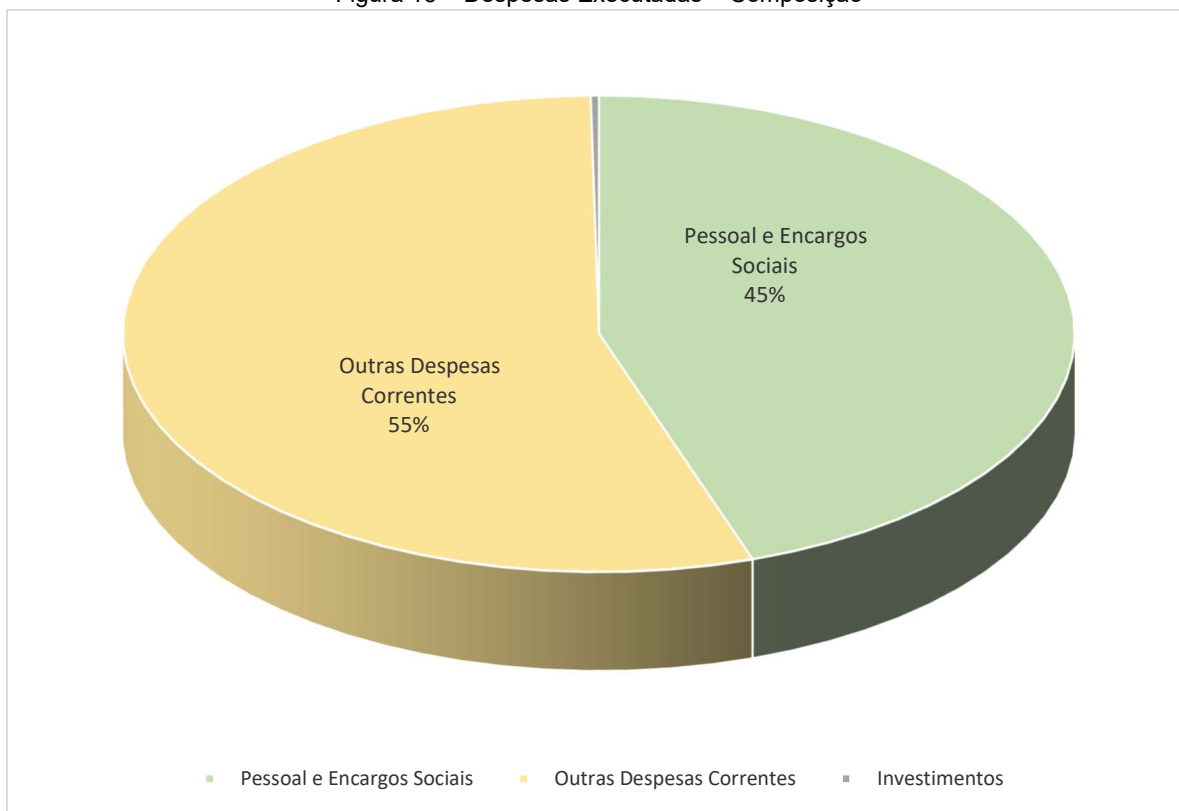
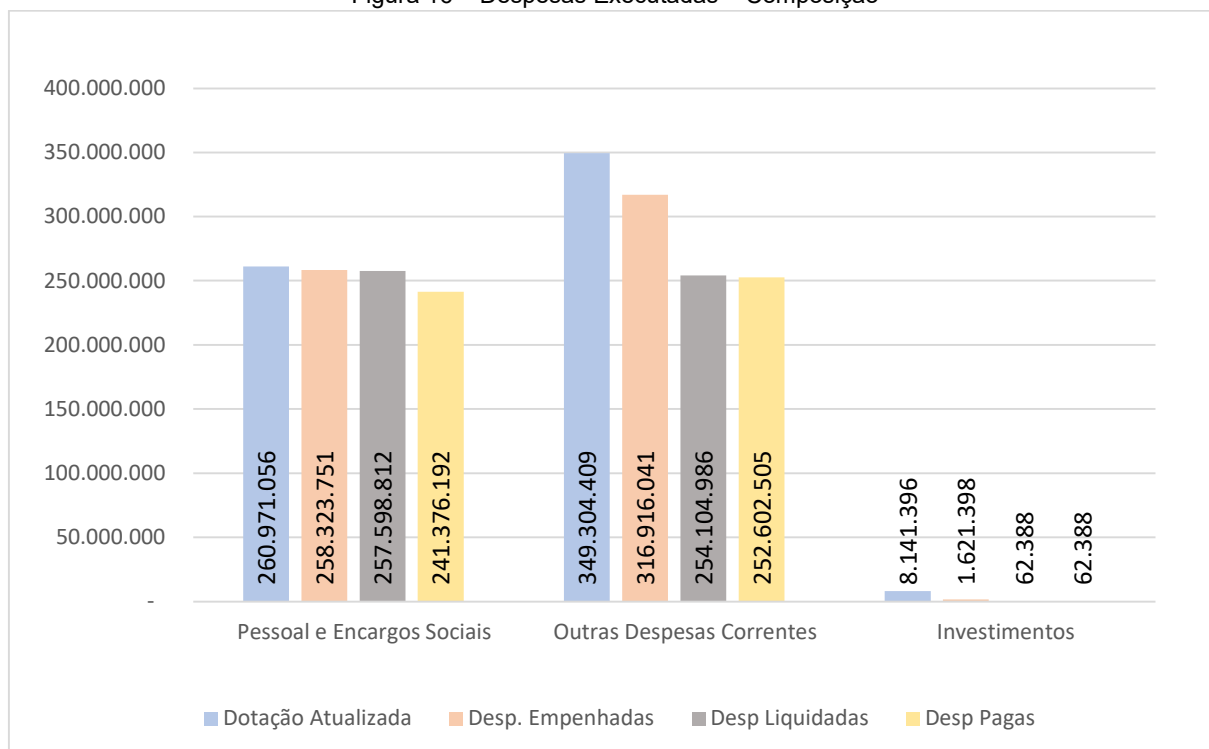


Figura 16 – Despesas Executadas – Composição



Obs. A Reserva de Contingência não foi considerada para fins de comparativo neste gráfico.

Nota 19 – Reserva de Contingência

A reserva de contingência, prevista no inciso III do art. 5º da LRF, refere-se a uma reserva global de recursos, calculada em relação à receita corrente líquida e destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nestes incluídos os créditos adicionais para atender insuficiência de dotações orçamentárias ou despesas não previstas na lei orçamentária anual.

Verifica-se que não houve execução desta reserva incluída no orçamento da ANTT (Tabela 22), no entanto, de acordo com os normativos orçamentários vigentes, não há obrigatoriedade desta execução, sendo apenas necessário informar no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP a justificativa de inexecução das despesas discricionárias, quando for o caso.

Nota 20 – Restos a Pagar

O saldo de Restos a Pagar Não Processados – RPNP demonstra que estão pendentes de execução 21,62% em relação ao total inscrito, do qual se verifica a execução de 78,38%. Em relação ao saldo dos Restos a Pagar Processados, a execução foi 96,65% restando pendente o percentual de 3,35%.

Tabela 23 – Restos a Pagar – Execução

	Inscritos	Liquidados	Pago	Cancelado	Saldo
RPNP em 2019	75.668.612	64.179.607	64.021.564	14.096.595	21.545.987
RPNP anterior a 2019	23.995.535				
RPP em 2019	20.488.386		20.465.543	3.512	709.789
RPP anterior a 2019	690.458				
	120.842.991	64.179.607	84.487.108	14.100.107	22.255.776

Fonte: SIAFI

Nota 21 – Movimentação Financeira

O resultado da movimentação de recursos no quarto trimestre de 2020 apresentou a variação de 16,33%, correspondendo a um aumento de R\$ 57.568.768 no Caixa da ANTT (Tabela 24).

Tabela 24 – Caixa e Equivalente de Caixa – Variação

	31/12/2020	31/12/2019	AH %	AH R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa	410.045.260	352.476.492	16,33%	57.568.768

O Balanço Financeiro – BF demonstra que, em comparação ao exercício anterior, as receitas orçamentárias tiveram um aumento de 813,27% (ver Notas 14.2 e 16.3) e as despesas apresentaram uma redução de 0,22%. Cabe lembrar que o BF considera como Despesas Orçamentárias todo o valor empenhado, independente de liquidação ou pagamento. Já a Receita Orçamentária é a efetivamente arrecadada pelo seu valor líquido.

Tabela 25 – Balanço Financeiro – Variação e Composição

	31/12/2020	31/12/2019	AH
Receitas Orçamentárias	5.887.604.932	723.938.127	813,27%
Despesas Orçamentárias	576.861.190	578.130.970	-0,22%
Transferências Financeiras Recebidas	687.048.460	682.231.713	0,71%
Transferências Financeiras Concedidas	5.939.072.079	801.461.633	641,03%
Recebimentos Extraorçamentários	85.337.295	100.480.221	-15,07%
Pagamentos Extraorçamentários	86.488.649	110.202.384	-21,52%
Resultado Financeiro	57.568.768	16.855.075	

Fonte: SIAFI

A conciliação entre o resultado do Balanço Financeiro - BF (Tabela 25) e do Demonstrativo de Fluxo de Caixa - DFC (Tabela 26) confirma a variação da movimentação financeira nos períodos. O percentual de 16,33% em relação à geração líquida de Caixa corrobora com os dados do "Caixa e Equivalente de Caixa" (Tabela 02), sendo que o saldo inicial era de R\$ 352.476.492 e em 31/12/2020 passou a ser de R\$ 410.045.260, com aumento da disponibilidade financeira em R\$ 57.568.768.

Tabela 26 – Demonstração de Fluxo Caixa – Variação

Saldo Inicial (31/12/2019)	Saldo Final (31/12/2020)	Geração Líquida de Caixa	Variação %
352.476.492	410.045.260	57.568.768	16,33%

Fonte: SIAFI

Nota 22 – Resultado Financeiro do Balanço Patrimonial

O resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial foi superavitário em R\$ 304.958.350. De acordo com a Lei 4.320/1964, o superávit financeiro é a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro (Tabela 27).

Tabela 27 – Superávit Financeiro – 4º Trimestre 2020 – Ativo Financeiro x Passivo Financeiro

Ativo Financeiro	410.045.260
Passivo Financeiro	105.086.909
	304.958.350

Este resultado é demonstrado também no anexo do BP mediante o demonstrativo dos recursos ordinários que são decorrentes dos valores disponíveis da fonte 100 e dos recursos vinculados que se referem às fontes 129, 174 e 250.

Tabela 28 – Superávit Financeiro – 4º Trimestre 2020 – Recursos Ordinários X Recursos Vinculados

Recursos Ordinários	(256.750)
Recursos Vinculados	305.215.101
	304.958.350

Outra perspectiva de análise deste resultado financeiro é por meio do detalhamento por fonte de recursos, cuja receita própria da Fonte 250 foi a única que apresentou superávit no período, contribuindo também para o resultado total superavitário, uma vez que as demais fontes apresentaram resultados deficitários.

Tabela 29 – Superávit Financeiro – 4º Trimestre 2020 – Por Fonte de Recursos

Fonte	Resultado Financeiro
0100	-256.750
0129	-13.773.867
0174	-40.470.898
0250	360.034.590
0329	-574.725
	304.958.350

Fonte: SIAFI

Este é o Relatório Contábil que aborda os principais fatos e resultados financeiros, orçamentários e patrimoniais da ANTT relativos ao exercício de 2020.

Brasília 29/01/2021

CLEIDES SILVA CAMPOS FONTENELE
CCONT/GEORF/SUDEG
Contadora Responsável
CRC DF 018229/O